

CODESRIA

Bulletin

Número / Number / Numéro 2, 2025

ISSN 0850 - 8712

NÚMERO ESPECIAL

MOÇAMBIQUE

**Visão de alguns intelectuais moçambicanos sobre
a violência pós-eleitoral**

Editor convidado: Elísio Macamo



Photo:

@Estacio Valoi/Moz24h Jornal



This Bulletin is distributed free to all social research institutes and faculties in Africa and beyond to encourage research co-operation among African scholars. Interested individuals and institutions may also subscribe to CODESRIA mailing list to receive the Bulletin promptly upon release. Contributions on theoretical matters and reports on conferences and seminars are also welcome.

Neste número / In this Issue / Dans ce numéro

Editorial

Godwin R. Murunga & Patrícia Godinho Gomes	3
---	---

Editorial

Godwin R. Murunga & Patrícia Godinho Gomes	6
---	---

Éditorial

Godwin R. Murunga & Patrícia Godinho Gomes	9
---	---

1. <i>O “dever de violência”, ou a constituição de espaços de exercício de cidadania?</i> Elísio Macamo	13
2. <i>Para Além do Voto: Entendendo as razões do fracasso do diálogo pós-eleitoral em Moçambique</i> Egna Sidumo	15
3. <i>Um país adiado</i> Rui Miguel Lamarques	19
4. <i>A imprensa moçambicana na trajetória de eleições de alto risco</i> Tomás Vieira Mário	21
5. <i>Contraditório e Tutela Jurisdicional Efetiva no Processo de Proclamação e Validação dos Resultados Eleitorais</i> Tomás Timbane	25
6. <i>Mpesa Não É Um Trabalho: A Desigualdade, o Desemprego e a Política de um Levantamento Popular</i> Ruth Keila Castel-Branco	27
7. <i>As Redes Sociais nas Manifestações de Maputo: Uma Análise da Etnografia Digital</i> Dilman Michaque Gabriel Mutisse	29
8. <i>Navegando a efervescência política e intelectual pós-eleitoral em Moçambique: A experiência de uma antropóloga feminista</i> Katia Taela	35
9. <i>Em meio à crise e incertezas em Moçambique: o que vem a seguir?</i> Egídio Chaimite	43

Editorial*

Moçambique parece estar a sair lentamente de um período pós-eleitoral conturbado e traumático, marcado pela violência. Os principais partidos políticos assinaram um acordo para colaborarem na reforma do sistema político, tendo o Presidente Daniel Chapo reunido com o candidato presidencial independente Venâncio Mondlane. Embora muitos moçambicanos continuem profundamente decepcionados com o desfecho do processo eleitoral, este encontro foi amplamente visto como um sinal positivo e de esperança.

Venâncio Mondlane – o candidato presidencial que tinha apelado a protestos – submeteu um pedido para registar oficialmente o seu partido político. Durante as eleições, Mondlane aliou-se a um partido mais pequeno, o Partido para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), mas a aliança desfez-se na sequência de divergências quanto ao recurso a protestos violentos para pressionar o governo a anular os resultados eleitorais, ou a formar um governo de unidade nacional.

De um modo geral, Moçambique conheceu uma história conturbada no período pós-independência, sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um movimento revolucionário amplamente respeitado por rejeitar quaisquer arranjos neocoloniais com Portugal. Esta posição granjeou à FRELIMO uma admiração considerável, particularmente num contexto de desilusão generalizada após a independência na maioria dos países africanos.

Após ter conquistado a independência em 1975, sob a liderança da FRELIMO, então chefiada por Samora Machel, Moçambique adoptou um Estado socialista de partido único. De 1977 a 1992, o país enfrentou uma das guerras civis mais sangrentas de África. O conflito entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) – um movimento rebelde criado e apoiado pela Rodésia e, mais tarde, pela África do Sul do apartheid – teve consequências devastadoras. Centenas de milhares de moçambicanos foram mortos, mutilados ou forçados a fugir para países vizinhos

como refugiados. Samora Machel, o primeiro presidente do país, tornou-se uma das vítimas mais emblemáticas da guerra ao morrer num misterioso acidente de avião em 1986.

Joaquim Chissano sucedeu a Samora Machel e teve pela frente o duplo desafio de enfrentar uma guerra de desestabilização em múltiplas frentes, enquanto conduzia o país por um exigente processo de ajustamento estrutural. Este conjunto de reformas visava reorientar Moçambique da esfera de influência soviética para uma integração plena na economia de mercado global. Em 1992, Chissano firmou um acordo de paz com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, consubstanciado nos Acordos Gerais de Paz de Roma, os quais estabeleceram as bases para a realização das primeiras eleições multipartidárias no país em 1994.

Este processo inaugurou um período de transição democrática, ainda que marcado por instabilidade política. Nas primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994, Joaquim Chissano derrotou Afonso Dhlakama. Apesar das tensões persistentes, ambas as partes mantiveram uma paz frágil. Chissano foi reeleito em 1999 e cumpriu o seu último mandato, tendo sido posteriormente sucedido por Armando Guebuza, vencedor das eleições de 2004 e 2009. Ao longo deste período, a FRELIMO manteve a sua posição hegemónica no sistema político, ao passo que a influência da RENAMO foi-se reduzindo progressivamente, em parte devido à sua asfixia por uma FRELIMO detentora dos recursos do Estado, que soube utilizar de forma estratégica. O surgimento de um segundo partido da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), contribuiu adicionalmente para a fragmentação da oposição.

Entre 2010 e 2019, a política eleitoral moçambicana foi marcada por uma acentuada precariedade, caracterizada por tensões renovadas e ameaças de retoma do conflito armado. Em 2012, a RENAMO voltou às hostilidades, alegando fraude eleitoral e exclusão do processo político. Esta escalada contribuiu para o

agravamento dos confrontos, sobretudo com a aproximação das eleições autárquicas de 2013. Foi estabelecido um cessar-fogo antes das eleições gerais de 2014, vencidas por Filipe Nyusi. No entanto, a RENAMO voltou a denunciar alegadas fraudes eleitorais persistentes. Em 2017, um levante islamita violento, com ligações ao Estado Islâmico (ISIS), irrompeu na província setentrional de Cabo Delgado, provocando um elevado número de mortos e o deslocamento de centenas de milhares de pessoas. O agravamento do conflito levou à intervenção de actores regionais e internacionais, incluindo forças ruandesas, no apoio às operações de contra-insurgência.

A violência pós-eleitoral de 2024–2025 assinalou uma nova fase na trajectória política de Moçambique. Esta violência ocorreu na sequência das contestadas eleições autárquicas de 2023, durante as quais a FRELIMO enfrentou sérias acusações de fraude generalizada, desencadeando protestos e agitação social. No centro da controvérsia esteve Venâncio Mondlane, então candidato da RENAMO à presidência do município de Maputo, que viria posteriormente a concorrer como candidato independente às eleições presidenciais de 2024. Relatos indicam que Mondlane rompeu com a RENAMO após o partido aceitar os resultados da eleição contestada.

Os desafios políticos contemporâneos de Moçambique podem ser compreendidos como profundamente enraizados na herança persistente da orientação ideológica marxista-leninista da FRELIMO. Tal como outros antigos movimentos de libertação actualmente no poder em várias partes do continente africano – como o MPLA em Angola, a SWAPO na Namíbia, a ZANU-PF no Zimbabwe e o ANC na África do Sul –, a FRELIMO tem sido alvo de críticas sistemáticas pela centralização do poder estatal em benefício de interesses partidários restritos. Esta prática de governação tem contribuído, de forma gradual, para a erosão da legitimidade política do partido. Importa notar que o descontentamento popular parece decorrer menos de um apoio genuíno a figuras da oposição, como Venâncio Mondlane, do que de uma crescente frustração face à dominação prolongada da FRELIMO. A admiração expressa por Mondlane por figuras políticas como Jair Bolsonaro e Donald J. Trump revela, argüivelmente, um grau preocupante de incoerência ideológica. As recentes manifestações de protesto em Moçambique evocam paralelismos com as insurreições pós-eleitorais ocorridas nos Estados Unidos a 6 de Janeiro de 2021 e no Brasil a 8 de Janeiro de 2023.

A governação inicial da FRELIMO no período pós-independência procurou implementar um Estado socialista através da nacionalização, do planeamento central e de reformas sociais abrangentes, alinhando-se com experiências socialistas mais amplas levadas a cabo em África durante a Guerra Fria. Contudo, tal como sucedeu em casos semelhantes no continente, a FRELIMO enfrentou desafios significativos, sendo o principal deles as limitações – incluindo interferências directas – impostas pelo sistema capitalista global dominante, que oferecia pouco espaço para a experimentação socialista. A nacionalização abrupta das indústrias e a colectivização da agricultura promovidas pela FRELIMO, associadas à má gestão económica e ineficiências sistémicas, agravaram os problemas do país. A escassez de quadros qualificados, acentuada pela saída em massa dos colonos portugueses, resultou em importantes constrangimentos administrativos e técnicos. Além disso, a forte dependência do controlo estatal reprimiu a iniciativa privada e contribuiu para o agravamento da estagnação económica.

Parte dos desafios externos de Moçambique resultou do seu envolvimento nas rivalidades da Guerra Fria. A FRELIMO alinou-se com a União Soviética e Cuba, enquanto os vizinhos Rodésia (actual Zimbabué) e África do Sul sob o regime do apartheid apoiaram a insurgência anticomunista da RENAMO. A subsequente guerra civil (1977–1992) devastou tanto a economia como o tecido social do país, comprometendo gravemente a capacidade da FRELIMO de concretizar a sua visão socialista. A experiência da FRELIMO foi, em certa medida, análoga a de outros Estados africanos socialistas. Tal como o Ujamaa de Julius Nyerere na Tanzânia, o processo de colectivização agrícola em Moçambique fracassou na consecução da auto-suficiência alimentar. E, à semelhança do regime Derg na Etiópia, a FRELIMO enfrentou insurgências armadas que desestabilizaram a sua governação. Contudo, ao contrário da Etiópia, a liderança socialista moçambicana recorreu menos a expurgos autoritários e mais à mobilização de massas para sustentar o seu poder. No fim da década de 1980, o modelo socialista de Moçambique colapsaria sob o peso da prolongada crise económica, da guerra civil e da crescente pressão internacional. Em 1990, a FRELIMO abandonou oficialmente o marxismo, adoptou a democracia multipartidária e iniciou reformas orientadas para o mercado, alinhando-se com uma tendência continental mais ampla de transição para modelos de governação pós-socialistas em África.

Em retrospectiva, a experiência marxista da FRELIMO pode ser interpretada como uma tentativa audaciosa, embora em última instância falhada, de transformação radical. Apesar de ter promovido avanços sociais significativos em domínios como a educação e a saúde, as suas políticas económicas revelaram-se insustentáveis, e a prolongada guerra civil comprometeu gravemente o progresso. A experiência da FRELIMO evidencia os desafios mais amplos enfrentados pelos países africanos na implementação de modelos socialistas em contextos pós-coloniais, especialmente em cenários marcados por fragilidade económica, pressões geopolíticas e oposição interna.

O contexto delineado neste editorial é útil para enquadrar as intervenções reunidas neste número especial do *Bulletin*. Este número especial reúne as vozes de um conjunto de intelectuais moçambicanos que se debruçaram sobre a violência pós-eleitoral. As suas análises devem ser lidas à luz de uma sociedade profundamente polarizada, na qual visões políticas acentuadas competem com o rigor analítico como critérios de validação das afirmações. Os autores aqui reunidos possuem perspectivas políticas distintas e, nesse sentido, representam um amplo leque de posições no panorama moçambicano.

Elísio Macamo, editor convidado deste *Bulletin*, debruça-se sobre o paradoxo da violência como força destrutiva e, simultaneamente, como meio de afirmação da cidadania em Moçambique. Egna Sidumo analisa o fracasso do diálogo pós-eleitoral no país, argumentando que a desconfiança política enraizada e as fragilidades institucionais impedem a consolidação democrática efectiva. Rui Miguel Lamarques e seus

co-autores examinam os atrasos históricos e políticos que têm dificultado o desenvolvimento de Moçambique, ao passo que Tomás Vieira Mário discute o papel da imprensa moçambicana na cobertura de eleições marcadas por elevado risco.

Tomás Timbane avalia os mecanismos jurídicos de contestação e validação dos resultados eleitorais em Moçambique, com especial atenção à eficácia judicial e à integridade eleitoral. Ruth Castel-Branco analisa questões mais amplas de desigualdade, desemprego e agitação social impulsionada pela pobreza generalizada – uma das causas subjacentes da crise pós-eleitoral. Dilman Michaque Gabriel Mutisse, por sua vez, examina o impacto das redes sociais nos protestos em Maputo, explorando de que forma as plataformas digitais moldam o activismo, a mobilização e o discurso político. Em uma inversão disciplinar interessante, Katia Taela analisa o clima político pós-eleitoral em Moçambique a partir da antropologia feminista, discutindo as respostas intelectuais e activistas às crises em curso. Por fim, Egídio Chaimite apresenta um panorama das incertezas políticas e económicas em Moçambique, oferecendo reflexões sobre os possíveis desenvolvimentos e desafios futuros.

Godwin R. MURUNGA
Executive Secretary
CODESRIA

&

Patrícia Godinho GOMES
Programme Officer
CODESRIA

* Este editorial foi originalmente escrito em inglês

Editorial

Mozambique appears to be emerging slowly from a contested and traumatic post-election period marked by violence. The main political parties have signed an agreement to work together on reforming the political system, and President Daniel Chapo has met with independent presidential candidate Venâncio Mondlane. Although many Mozambicans remain deeply disappointed with the outcome of the electoral process, this meeting has been seen widely as a positive and hopeful sign. Meanwhile, Venâncio Mondlane – the presidential candidate who had called for protests – has submitted an application to officially register his political party. During the elections, Mondlane allied himself with a smaller party, Partido para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), but the alliance broke down following disagreements on the use of violent protests to pressure the government into annulling the election results or forming a government of national unity.

Mozambique has generally experienced a tumultuous post-independence history under the leadership of Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO), a revolutionary movement widely respected for rejecting any neocolonial arrangements with Portugal. This stance earned FRELIMO considerable admiration, particularly in a context of widespread disillusionment with the outcomes of independence in most of the rest of Africa.

Gaining independence in 1975 under the leadership of FRELIMO, then headed by Samora Machel, the country went on to establish a socialist one-party state. From 1977 to 1992, Mozambique endured one of the bloodiest civil wars in Africa. The conflict between FRELIMO and the Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), a rebel group created and supported by Rhodesia and later by apartheid South Africa, took a devastating toll on the country. Hundreds of thousands of Mozambicans were killed, maimed or forced to flee into neighbouring

countries as refugees. Samora Machel, Mozambique's first president, became one of the war's most significant casualties when he died in a mysterious plane crash in 1986. He was succeeded by Joaquim Chissano, who faced the dual challenge of confronting a multi-front war of destabilisation and navigating the country through a painful period of structural adjustment. These reforms were aimed at pulling Mozambique out of the Soviet sphere of influence and integrating into the global market economy. In 1992, Chissano reached a peace agreement with his RENAMO counterpart, Afonso Dhlakama, through the Rome General Peace Accords, which paved the way for Mozambique's first multiparty elections in 1994.

This ushered in a period of democratic transition, albeit marked by political instability. In the first multiparty elections of 1994, Joaquim Chissano defeated Afonso Dhlakama. Despite tensions, they maintained a fragile peace. Chissano secured re-election in 1999 and served his final term. He was in turn succeeded by Armando Guebuza who won the 2004 and 2009 elections. Throughout this period, FRELIMO retained political dominance, whereas RENAMO's influence declined, partly because of asphyxiation by FRELIMO, which controlled state resources and used them effectively. The rise of a second opposition party, Movimento Democrático de Moçambique (MDM), further fragmented the opposition landscape.

Between 2010 and 2019, Mozambican electoral politics were defined by significant precarity, characterised by renewed tensions and threats of resumption of armed conflict. Indeed, in 2012, RENAMO resumed the armed struggle, alleging electoral fraud and exclusion. This escalation intensified clashes, particularly as the country approached the 2013 municipal elections. A ceasefire was reached ahead of the 2014 elections, which was won by Felipe Nyusi. However, RENAMO once again alleged persisting electoral fraud. In 2017,

a violent Islamist insurgency linked to ISIS erupted in the northern province of Cabo Delgado, leading to deaths and the displacement of hundreds of thousands. The worsening conflict drew in regional and international actors, including Rwandan forces, to support counterinsurgency efforts.

The post-electoral violence of 2024–2025 marked a new phase in Mozambique's political trajectory. It followed the highly contested 2023 municipal elections, during which FRELIMO faced serious accusations of widespread fraud, sparking protests and unrest. At the centre of the controversy was Venâncio Mondlane, RENAMO's mayoral candidate for Maputo at the time, who later contested the 2024 presidential race as an independent candidate. Reports suggest that Mondlane broke ranks with RENAMO after the party accepted the results of the disputed election.

It is arguably fair to suggest that Mozambique's current political challenges are deeply rooted in the legacy of FRELIMO's Marxist-Leninist politics. Like other 'liberation movements in power' across Africa (such as the MPLA of Angola, SWAPO of Namibia, ZANU-PF of Zimbabwe and ANC of South Africa), FRELIMO has been criticised for consolidating state power to advance narrow partisan interests, a practice that has gradually undermined its political legitimacy. Public discontent seems to stem more from frustration with FRELIMO's dominance than from genuine support for opposition figures like Venâncio Mondlane, whose admiration for Jair Bolsonaro and Donald J. Trump reflects an unsettling degree of ideological naivety. The recent protests echoed tactics seen in similar post-election uprisings in the US on 6 January 2021 and in Brazil on 8 January 2023.

FRELIMO's early post-independence rule sought to establish a socialist state through nationalisation, central planning and wide-ranging social reforms, aligning itself with broader Cold War-era socialist experiments across Africa. However, like many such efforts on the continent, FRELIMO's policies were confronted by significant challenges, chief among them being the constraints, including direct interference, imposed by the dominant global capitalist system, which left little room for socialist experimentation. FRELIMO's abrupt nationalisation of industries and collectivisation of agriculture, combined with economic mismanagement and systemic inefficiencies, compounded the country's challenges. A lack of skilled personnel, exacerbated by the mass exodus of Portuguese settlers, resulted

in significant administrative and technical setbacks. Moreover, the country's overreliance on state control stifled private initiative and contributed to deepening economic stagnation.

Part of Mozambique's external challenge stemmed from its entanglement in Cold War rivalries. FRELIMO aligned with the Soviet Union and Cuba, whereas neighbouring apartheid South Africa and Rhodesia (Zimbabwe) supported the anti-communist RENAMO insurgency. The resulting civil war (1977–1992) devastated both the economy and the country's social fabric, severely undermining FRELIMO's ability to realise its socialist vision. FRELIMO's experience is, to some extent, similar to that faced by other African socialist states. Like Julius Nyerere's Ujamaa in Tanzania, Mozambique's collectivisation failed to achieve agricultural self-sufficiency. And, similar to Ethiopia's Derg regime, FRELIMO contended with armed insurgencies that destabilised its governance. However, unlike Ethiopia, Mozambique's socialist leadership relied less on authoritarian purges and more on mass mobilisation to sustain its rule. By the late 1980s, Mozambique's socialist model had collapsed under the combined weight of prolonged economic crisis, civil war and mounting international pressure. In 1990, FRELIMO officially abandoned Marxism, embraced multiparty democracy and initiated market-oriented reforms, aligning with a broader continental shift away from socialist governance in Africa.

In retrospect, FRELIMO's Marxist experiment can be seen as a bold yet ultimately flawed attempt at radical transformation. Although it led to notable social progress in areas such as education and healthcare, its economic policies became unsustainable, and the prolonged civil war severely hindered meaningful development. FRELIMO's experience underscores the broader challenges African nations encountered in implementing socialist models in postcolonial contexts, particularly amid economic fragility, geopolitical pressures and internal opposition.

The context sketched out in this editorial is useful in framing the interventions in this special issue of CODESRIA Bulletin. This special issue brings together the voices of a select number of Mozambican intellectuals who have studied the post-election violence. Their analyses should be read against the background of a highly polarised society, where strong political views compete against analytical rigour as criteria for the validation of claims. The au-

thors assembled in this volume have different political outlooks and, in this sense, they represent a broad spectrum of views in Mozambique.

Elísio Macamo, the guest editor of this Bulletin, focuses on the paradox of violence as a destructive force and a means of asserting citizenship in Mozambique. Egna Sidumo investigates the failure of post-electoral dialogue in Mozambique, arguing that deep-rooted political distrust and institutional weaknesses prevent effective democratic consolidation. Rui Miguel Lamarques and his co-authors explore the historical and political delays that have hindered Mozambique's development, while Tomás Vieira Mário discusses the role of the Mozambican press in covering high-risk elections.

Tomás Timbane evaluates the legal mechanisms for contesting and validating election results in Mozambique, paying specific attention to judicial effectiveness and electoral integrity. Ruth Castel-Branco examines the broader issues of inequality, unemployment and the social unrest driven by

widespread poverty – one of the underlying causes of the post-electoral crisis. Dilman Michaque Gabriel Mutisse, for his part, looks at the impact of social media on protests in Maputo, exploring how digital platforms shape activism, mobilisation and political discourse. In an interesting disciplinary flip, Katia Taela examines the post-electoral political climate in Mozambique through the lens of feminist anthropology, discussing intellectual and activist responses to the ongoing crises. Finally, Egídio Chaimite provides an overview of Mozambique's political and economic uncertainties, offering insights into potential future developments and challenges.

Godwin R. MURUNGA

Executive Secretary
CODESRIA

&

Patrícia Godinho GOMES

Programme Officer
CODESRIA

Éditorial*

Le Mozambique semble lentement émerger d'une période postélectorale contestée et traumatisante, marquée par la violence. Les principaux partis politiques ont signé un accord de collaboration afin de réformer le système politique, et le président Daniel Chapo a rencontré le candidat indépendant à la présidence, Venâncio Mondlane. De nombreux Mozambicains demeurent profondément déçus de l'issue du processus électoral, mais cette rencontre a largement été perçue comme un signe positif et porteur d'espoir. Entre-temps, Venâncio Mondlane, le candidat à la présidence qui avait appelé à manifester, a déposé une demande d'enregistrement officiel de son parti politique. Lors des élections, Mondlane s'est allié à un petit parti, le Partido Otimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), mais cette alliance a été rompue à la suite des désaccords sur le recours à la violence comme moyen de pression sur le gouvernement pour l'annulation des résultats des élections, ou la formation d'un gouvernement d'union nationale.

Sous la direction du Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), un mouvement révolutionnaire très respecté pour son rejet de tout accord néocolonial avec le Portugal, le Mozambique a une histoire post-indépendance globalement tumultueuse. Cette position a valu au FRELIMO un grand respect, notamment dans un contexte de désillusion généralisée face aux conséquences de l'indépendance dans la plupart des autres pays d'Afrique.

Après son accession à l'indépendance en 1975 et sous la direction du FRELIMO, alors dirigé par Samora Machel, le pays a instauré un État socialiste à parti unique. De 1977 à 1992, le Mozambique a connu l'une des guerres civiles les plus sanglantes d'Afrique. Le conflit entre le FRELIMO et la Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), un groupe rebelle créé et soutenu par la Rhodésie, puis par l'Afrique du Sud de l'apartheid, a eu des conséquences dévastatrices pour

le pays. Des centaines de milliers de Mozambicains ont été tués, mutilés ou contraints de se réfugier dans les pays voisins. Samora Machel, premier président du Mozambique, l'une des plus illustres victimes de la guerre, a trouvé la mort, en 1986, dans un mystérieux accident d'avion. Son successeur, Joaquim Chissano, a été confronté au double défi de mener, sur plusieurs fronts, une guerre contre la déstabilisation et de guider le pays dans une douloureuse période d'ajustement structurel. Les réformes engagées avaient pour objectif de sortir le Mozambique de la sphère d'influence soviétique et de l'intégrer dans l'économie mondiale de marché. En 1992, Chissano a conclu un accord de paix avec son homologue de la RENAMO, Afonso Dhlakama, dans le cadre des Accords généraux de paix de Rome, qui ont ouvert la voie, en 1994, aux premières élections multipartites du Mozambique.

Ce fut le début d'une période de transition démocratique, quoique marquée par l'instabilité politique. Joaquim Chissano a remporté les premières élections multipartites de 1994, en battant Afonso Dhlakama. Malgré les tensions, une paix fragile a été instaurée. En 1999, Chissano a été réélu pour un dernier mandat. Il fut remplacé par Armando Guebuza, qui a remporté les élections de 2004 et de 2009. Durant cette période, le FRELIMO a maintenu sa domination politique, alors que déclinait l'influence de la RENAMO, en partie asphyxiée par le FRELIMO, qui contrôlait les ressources de l'État. L'essor d'un deuxième parti, le Movimento Democrático de Moçambique (MDM), est venu davantage fragmenter l'opposition.

Entre 2010 et 2019, la politique électorale mozambicaine a été marquée par une grande précarité, caractérisée par de nouvelles tensions et des menaces de reprise du conflit armé. En 2012, la RENAMO a repris la lutte armée, dénonçant des fraudes électorales et l'exclusion. Les affrontements se sont intensifiés, notamment à l'approche des élections municipales de 2013. Un cessez-le-feu a été conclu avant les élections

de 2014, remportées par Felipe Nyusi. La RENAMO a, cependant, de nouveau dénoncé la persistance de fraudes électorales. En 2017, une violente insurrection islamiste liée à l'État islamique a éclaté dans la province septentrionale de Cabo Delgado, faisant des morts et des centaines de milliers de personnes déplacées. L'aggravation du conflit a mobilisé des acteurs régionaux et internationaux, dont les forces rwandaises, dans le soutien contre l'insurrection.

Les violences postélectorales de 2024-2025 ont marqué une nouvelle phase dans la trajectoire politique du Mozambique. À la suite des élections municipales très contestées de 2023, le FRELIMO a été confronté à de graves accusations de fraude généralisée, déclenchant manifestations et troubles. Au cœur de la controverse se trouvait Venâncio Mondlane, alors candidat de la RENAMO à la mairie de Maputo, qui s'est ensuite présenté comme candidat indépendant à l'élection présidentielle de 2024. Des rapports suggèrent que Mondlane a rompu les liens avec la RENAMO après que ce parti a accepté les résultats de l'élection contestée.

On peut raisonnablement affirmer que les défis politiques actuels du Mozambique sont profondément ancrés dans l'héritage marxiste-léniniste du FRELIMO. À l'instar d'autres «mouvements de libération au pouvoir» en Afrique (MPLA en Angola, SWAPO en Namibie, ZANU-PF au Zimbabwe et ANC en Afrique du Sud), le FRELIMO a été critiqué pour avoir consolidé le pouvoir de l'État au profit d'intérêts partisans, une pratique qui a progressivement miné sa légitimité politique. Le mécontentement de la population semble davantage provenir d'une frustration face à la domination du FRELIMO que d'un soutien sincère à des figures de l'opposition comme Venâncio Mondlane, dont l'admiration pour Jair Bolsonaro et Donald J. Trump témoigne d'une troublante naïveté idéologique. Les récentes manifestations font écho aux tactiques observées lors de soulèvements postélectoraux similaires aux États-Unis (6 janvier 2021) et au Brésil (8 janvier 2023).

Au début de son mandat postindépendance, le FRELIMO avait pour objectif d'établir un État socialiste par la nationalisation, la planification centralisée et de vastes réformes sociales, s'inscrivant dans la lignée d'expériences socialistes plus larges menées en Afrique pendant la guerre froide. Cependant, à l'instar de nombreuses initiatives similaires sur le continent, les politiques du FRELIMO se sont heurtées à d'importants défis, notamment l'ingérence directe, du

système capitaliste mondial dominant, qui laissait peu de place à l'expérimentation socialiste. La nationalisation brutale des industries et la collectivisation de l'agriculture par le FRELIMO, combinées à une mauvaise gestion économique et à des inefficacités systémiques, ont aggravé les difficultés du pays. Le manque de personnel qualifié, exacerbé par l'exode massif des colons portugais, a entraîné d'importants revers administratifs et techniques. De plus, le contrôle excessif de l'État a étouffé l'initiative privée et contribué à aggraver la stagnation économique.

Une partie des défis extérieurs du Mozambique provenait de son implication dans les rivalités de la guerre froide. Le FRELIMO s'est aligné sur l'Union soviétique et Cuba, tandis que l'Afrique du Sud et la Rhodésie (Zimbabwe), pays voisins soumis au régime d'apartheid, soutenaient l'insurrection anti-communiste de la RENAMO. La guerre civile qui en a résulté (1977-1992) a dévasté l'économie et le tissu social du pays, compromettant gravement la capacité du FRELIMO à concrétiser sa vision socialiste. L'expérience du FRELIMO est, en quelque sorte, similaire à celle d'autres États socialistes africains. À l'instar de l'Ujamaa de Julius Nyerere en Tanzanie, la collectivisation au Mozambique n'a pas permis d'atteindre l'autosuffisance agricole. Et, à l'instar du régime du Derg en Éthiopie, le FRELIMO a dû faire face à des insurrections armées qui ont déstabilisé sa gouvernance. Cependant, contrairement à l'Éthiopie, les dirigeants socialistes du Mozambique ont plus eu recours à la mobilisation de masse pour maintenir leur pouvoir qu'aux purges autoritaires. À la fin des années 1980, le modèle socialiste mozambicain s'est effondré sous le poids combiné d'une crise économique prolongée, d'une guerre civile et d'une pression internationale croissante. En 1990, le FRELIMO a officiellement abandonné le marxisme, adopté la démocratie multipartite et lancé des réformes axées sur le marché, s'inscrivant ainsi dans une évolution continentale plus large, et s'éloignant de la gouvernance socialiste en Afrique.

Rétrospectivement, l'expérience marxiste du FRELIMO peut être considérée comme une tentative audacieuse, mais à terme inadaptée, de transformation radicale. Malgré des progrès sociaux notables dans des domaines tels que l'éducation et la santé, ses politiques économiques sont devenues intenables et la guerre civile prolongée a gravement entravé tout développement significatif. L'expérience du FRELIMO met en évidence les grands défis auxquels ont été confrontées les nations africaines dans la mise

en œuvre de modèles socialistes dans des contextes postcoloniaux, notamment marqués par une fragilité économique, des pressions géopolitiques et une opposition interne.

Le contexte esquissé dans cet éditorial permet de cadrer les interventions de ce numéro spécial du *Bulletin du Codesria*. Ce numéro spécial rassemble les voix d'un groupe d'intellectuels mozambicains qui ont étudié les violences postélectorales. Leurs analyses doivent être interprétées dans le contexte d'une société fortement polarisée, où, comme critères de validation des affirmations, les opinions politiques fortes rivalisent avec la rigueur analytique. Les auteurs réunis dans ce volume ont des perspectives politiques différentes et, en ce sens, représentent un large éventail d'opinions au Mozambique.

Elísio Macamo, rédacteur invité de ce *Bulletin*, se concentre sur le paradoxe de la violence comme force destructrice et moyen d'affirmation de la citoyenneté au Mozambique. Egna Sidumo enquête sur l'échec du dialogue postélectoral au Mozambique, affirmant qu'une méfiance politique profondément ancrée et des faiblesses institutionnelles entravent une consolidation démocratique efficace. Rui Miguel Lamarques et ses coauteurs explorent les retards historiques et politiques qui ont ralenti le développement du Mozambique, tandis que Tomás Vieira Mário examine le rôle de la presse mozambicaine dans la couverture d'élections à haut risque.

Tomás Timbane évalue les mécanismes juridiques de contestation et de validation des résultats électoraux au Mozambique, en accordant une attention particulière à l'efficacité du système judiciaire et à l'intégrité électorale. Ruth Castel-Branco aborde les questions plus larges d'inégalités, de chômage et de troubles sociaux engendrés par une pauvreté généralisée, l'une des causes sous-jacentes de la crise postélectorale. Dilman Michaque Gabriel Mutisse, quant à lui, examine l'impact des réseaux sociaux sur les manifestations à Maputo, explorant la manière dont les plateformes numériques façonnent l'activisme, la mobilisation et le discours politique. Dans un intéressant effet de miroir inversé disciplinaire, Katia Taela examine le climat politique postélectoral au Mozambique à travers le prisme de l'anthropologie féministe, avec une analyse des réponses intellectuelles et militantes aux crises actuelles. Enfin, Egídio Chaimite présente un panorama des incertitudes politiques et économiques du Mozambique, offrant un éclairage sur les évolutions et les potentiels défis futurs.

Godwin R. MURUNGA

Le Secrétaire exécutif
CODESRIA

&

Patrícia Godinho GOMES

Administratrice de programme
CODESRIA

* Cet éditorial a été initialement rédigé en anglais

**Disponível
AGORA!**

UNIVERSIDADES PÚBLICAS

em Angola, Moçambique e Cabo Verde

Experiências de Mudança e Desafios de Liderança

TERESA CRUZ E SILVA



CODESRIA
Book Series

UNIVERSIDADES PÚBLICAS EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE:

Experiências de Mudança e Desafios de
Liderança (1975-2019)

Teresa Cruz e Silva

Esta reflexão sobre a Universidade nos países africanos de língua portuguesa realizada por Teresa Cruz e Silva constitui-se como leitura obrigatória para tod@s que se interessam por conhecer as diferenças dos percursos na construção do pensamento social nos nossos países. Com este livro, a autora leva-nos a sair do conforto de uma explicação simplista suportada por oposições breves e gerais, permitindo, deste modo, (des)ocultar os conflitos entre abordagens teóricas e as imposições que os poderes utilizaram e utilizam, para condicionar o ensino e a produção científica no campo das ciências sociais.

Maria da Conceição Gabão Osório



@codesria - <https://codesria.org> - codesria@codesria.org - publications@codesria.org

O “dever de violência”, ou a constituição de espaços de exercício de cidadania?

Ainda que não seja diretamente relevante, a violência pós-eleitoral em Moçambique traz à memória algumas descrições gráficas de violência contidas no extraordinário romance de 1968, “O dever de violência”, de autoria do escritor maliano, Yambo Ouologuem. A fulminante narrativa do romance que vai para além do relato dum reino africano fictício, guia a atenção de quem o lê, não para os detalhes que compõem o percurso histórico, mas para a responsabilidade africana no seu próprio devir e, talvez mais doloroso, para a questão de saber se é possível demarcar a ignomínia da colonização do papel cúmplice e por vezes activo dos próprios africanos.

Moçambique ganhou a sua independência através de uma luta armada protagonizada pela Frente de Libertação de Moçambique, movimento que se transformou em partido político após a independência, e tem dirigido os destinos do país sem interrupção. Passou por uma guerra civil com o envolvimento dos regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul que terminou em 1992 com a assinatura dum Acordo de Paz em Roma e a abertura do sistema político. Moçambique

Elísio Macamo

sociólogo, docente,
Universidade de Basileia,
Suíça

passou do sistema de partido único sob a liderança do partido de vanguarda, a Frelimo, para um regime multipartidário. As últimas eleições foram as quintas desde que foram realizadas, pela primeira vez e em 1994, eleições gerais. Todas elas foram ganhas pela Frelimo e todas elas foram controversas por causa de alegações de fraude pelos partidos da oposição.

Quando ainda em vida o líder guerrilheiro da Renamo, Afonso Dhlakama, houve vários momentos de violência contra o Estado protagonizada pelos seus homens armados. Todos estes momentos terminaram em acordos que incluíram a revisão da lei eleitoral. E mesmo assim, a oposição continuou a perder – ou como ela própria diria, a “perder” – as eleições. É um facto que as eleições têm registado irregularidades e ilícitos protagonizados, diga-se, por todos os partidos. É também um facto que o poder da Frelimo sobre os órgãos eleitorais e judiciais é

real para além de que ela goza do controlo do Estado, cujos recursos ela não tem nenhum pudor em usar durante as campanhas eleitorais. É até um certo ponto um sistema político viciado a favor de quem está no poder.

Portanto, a violência está pré-programada no sistema político. A questão de fundo é que ela costuma sinalizar a ausência do político. Não é que a violência em si não possa ser um acto político. Pode, tem sido e, no caso de Moçambique, foi crucial para o alcance da independência, mas também para a abertura do sistema político e, quem sabe, para pôr termo à “fraude eleitoral”. O problema da violência é que ela se alimenta da transformação do debate político num instrumento de justificação da própria violência. É sintomático, por exemplo, que uma das características da violência pós-eleitoral tenha sido a ideia de que só a violência é que pode criar as condições de que o país precisa para recomeçar e ser melhor.

Isto funciona com recurso a três estratégias. A primeira consiste na rejeição da utilidade do diálogo com base na ideia segundo a qual o adversário político não seria de confiança e nunca conversaria de boa-fé. Parte desta ideia tem

sustento empírico, mas o principal motivo por detrás da sua colação é inviabilizar qualquer tentativa nesse sentido. O que reforça a inutilidade do diálogo é uma segunda estratégia que consiste na demonização do adversário. Assim, quem apoia o partido no poder descreve os seus adversários políticos como vândalos, criminosos e o seu líder – o candidato independente – como drogado e louco. Por último, a terceira estratégia consiste em meticulosamente documentar as atrocidades cometidas pelo outro lado como mais uma prova do pouco sentido que faria dialogar com gente assim. A lógica por detrás destas três estratégias é a da escalada, isto é a procura de mais uma, e mais uma razão para ver a violência como o único recurso.

É neste contexto que linguagem uma “revolucionária” se torna particularmente atractiva. Fazer política não é reformar. Fazer política é mudar radicalmente. Slógans como “este país é nosso!”, “salve Moçambique!”, etc. usadas pelos manifestantes em Moçambique constituem apelos a uma mudança radical que se justifica pela natureza diabólica dos que são vistos como adversários políticos. Não é uma linguagem que possa ser referida como de volta às grandes ideias que na História alimentaram revoluções. Embora venha directamente do período “revolucionário” da Frelimo, não é uma linguagem marxista, tanto mais que quem a usa tem uma certa inclinação por perspectivas de direita com forte teor evangélico.

Os textos que se seguem descrevem aspectos particulares da crise pós-eleitoral em Moçambique contexto histórico, impacto socio-económico, contradições jurídico-legais, questões de legitimidade e o papel dos movimentos sociais na mobilização digital. O objectivo não é apenas facultar uma perspectiva diferenciada e sólida do que a crise – e sobretudo a violência – tem sido em Moçambique. O objectivo é apresentar a anatomia da ausência do diálogo. Esta ausência significa também a ausência do político, portanto, a falta que fazem espaços de exercício de cidadania.

Para Além do Voto: Entendendo as razões do fracasso do diálogo pós-eleitoral em Moçambique

Introdução

O período pós-eleitoral em Moçambique tem sido caracterizado por tensão política, agitação social e um impasse entre os principais actores políticos. Pouco depois das eleições, o candidato independente da oposição, Venâncio Mondlane, reivindicou a vitória com base numa contagem paralela de votos, alegando manipulação eleitoral e alimentando uma ampla frustração. Esse descontentamento mobilizou principalmente populações urbanas nas principais cidades (Maputo, Nampula, Quelimane, Beira e Manica)¹, assim como em vários distritos e províncias² que foram às ruas para exigir o que consideravam como “Verdade Eleitoral”.

Os protestos escalaram para violência antes e depois do anúncio preliminar dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições que indicou a vitória de Daniel Chapo. O assassinato de dois membros da oposição, Elvino Dias e Paulo Guambe, agravou ainda mais a crise. Os resultados definitivos foram proclamados a 23 de Dezembro de 2024, confirmando a vitória do candidato do partido no poder, com pequenos ajustes no número de assentos parlamentares.³

Esses resultados desencadearam manifestações violentas que destruíram infra-estruturas e aumentaram as expectativas de um diálogo político entre o presidente eleito Daniel Chapo, e o candidato presidencial derrotado, Venâncio Mondlane.

Egna Sidumo

Doutoranda,
Chr. Michelsen Institute
Norway

Entretanto, a nova administração, encorajada pelo reconhecimento internacional⁴, assumiu o cargo e iniciou a sua governação, enquanto Mondlane retornando do auto-exílio, autoproclamou-se presidente e convocou novas manifestações⁵. A sua disposição para o diálogo, porém, veio acompanhada de exigências que aprofundaram o impasse político.

Este artigo analisa por que as negociações entre esses principais actores falharam, considerando padrões históricos, questões de legitimidade e assimetrias de poder.

Contexto Histórico e Político das Eleições em Moçambique

A história eleitoral de Moçambique sempre foi marcada por resultados contestados e disputas que, não raras vezes, resultaram em negociações. Esse padrão de comportamento, demonstrou que, embora a FRELIMO historicamente tenha apresentado as suas vitórias como incontestáveis, as negociações frequentemente se tornaram a solução *de facto* para as crises pós-eleitorais.

As eleições de 2024 seguiram esse padrão de resultados contestados e crise política. No entanto, desta vez, um novo factor surgiu

— a ascensão do PODEMOS como força política. Formado por ex-membros do FRELIMO insatisfeitos com a direcção interna do partido, o PODEMOS buscou desafiar o domínio do partido no poder. O PODEMOS alinhou-se a Venâncio Mondlane⁶, Uma proeminente figura da oposição que se desvinculou da RENAMO para concorrer como candidato presidencial independente.⁷

A aliança entre o PODEMOS e Venâncio Mondlane foi motivada por uma insatisfação generalizada com a governação do FRELIMO e pela necessidade de capitalizar a crescente desilusão entre a juventude e os eleitores urbanos em Moçambique. Mondlane, já conhecido pela sua capacidade de mobilizar a opinião pública, utilizou as redes sociais e o seu envolvimento com grupos de base para atrair esses eleitores frustrados. O PODEMOS, por sua vez, ofereceu o suporte estrutural e a sua plataforma político partidária à campanha de Mondlane.

Após a proclamação dos resultados, a aliança entre o PODEMOS e Mondlane desfez-se, revelando diferenças estratégicas nas suas abordagens de contestação do resultado das eleições. O PODEMOS optou por continuar a sua luta política por meio dos canais institucionais, tomando posse dos seus assentos na Assembleia da República⁸, enquanto Mondlane, manteve a sua posição sobre a ilegitimidade dos resultados eleitorais.

Apesar de perder o apoio formal do PODEMOS, Mondlane continuou a sua luta de forma independente e, embora tenha suspenso os protestos violentos por três meses, ele introduziu uma série de medidas de desobediência civil, direccionadas ao boicote das portagens em todo o país, aos preços de bens essenciais e a activos vinculados a membros da elite governante.⁹ Essas acções, com diferentes níveis de adesão, continuam a representar um desafio significativo para a governança do recém-eleito presidente.

Legitimidade e Impasse Político na Crise Pós-Eleitoral em Moçambique

A legitimidade desempenha um papel central na crise pós-eleitoral de Moçambique, influenciando tanto as percepções sobre a liderança quanto as dinâmicas do diálogo político. Com base no referencial teórico de Max Weber¹⁰, duas formas principais de legitimidade ficam evidentes: a legitimidade legal-racional e a legitimidade popular. Essas fontes contrastantes de autoridade ajudam a explicar as dinâmicas assimétricas de poder entre os principais actores políticos, o presidente eleito Daniel Chapo e o candidato derrotado Venâncio Mondlane.

A legitimidade do presidente eleito Daniel Chapo decorre principalmente da autoridade legal-racional, uma vez que foi proclamado Presidente eleito pelo Conselho Constitucional com 65,17%¹¹ dos votos válidos. Esse reconhecimento institucional fundamenta sua reivindicação de liderança dentro do quadro eleitoral de Moçambique. No entanto, as amplas alegações de irregularidades e manipulação eleitoral que enfraqueceram a

confiança pública no processo institucional, tem lançado dúvidas sobre a solidez de seu mandato.

Em contraste, Venâncio Mondlane baseia a sua legitimidade principalmente no apoio popular, especialmente entre os jovens e eleitores urbanos que o vêem como uma alternativa credível ao *status quo* dominado pelo FRELIMO. A sua candidatura independente, ampliada por uma campanha eficaz nas redes sociais, evidenciou sua sintonia com as frustrações de um grupo demográfico em crescimento que busca mudanças do cenário político nacional.

Essas formas divergentes de legitimidade, não apenas aprofundam a desconfiança como também dificultam os esforços para construir consensos para além de representarem desafios significativos à inclusão, senão vejamos:

Partes em conflito, com diferentes tipos ou bases de legitimidade, frequentemente priorizam agendas distintas. Governos com legitimidade legal tendem a concentrar-se na manutenção da soberania e na aplicação restritiva da lei, enquanto grupos de oposição com legitimidade popular geralmente focam em questões relacionadas à justiça, igualdade e outras reivindicações de natureza popular¹² até mesmo para responder às demandas da sua base de apoio.

Daniel Chapo, por exemplo, desde que assumiu o cargo a 15 de Janeiro de 2025, tem mantido uma postura estritamente legalista, enfatizando a necessidade de respeito às leis e as instituições democráticas moçambicanas como uma condição inegociável. Ele tem, em grande parte, ignorado os apoiantes de

Venâncio Mondlane e minimizado as suas acções a todos os níveis. Numa entrevista concedida à CNN¹³, Chapo declarou que governaria para os milhares de moçambicanos que vivem em áreas rurais em clara oposição às pessoas que contestam a sua vitória e governação concentradas nos principais centros urbanos com destaque para a capital Maputo.

Mondlane, por outro lado, apesar de dar constantes indicações sobre a sua disposição para o diálogo ou negociação, tem exigido que um maior número de jovens (sua principal base de apoio) seja beneficiado pela governação. Além disso, tem insistido que o governo compense as centenas de manifestantes que sofreram violência policial ou as famílias daqueles cujos filhos perderam a vida no contexto da crise pós-eleitoral.

Apesar de divergirem dos números oficiais,¹⁴ dados da Plataforma DECIDE¹⁵ indicam que, desde o início das manifestações até 15 de Janeiro de 2024, foram registadas cerca de 4.200 detenções, 600 pessoas feridas por disparos e mais de 300 mortes.

Por que as Negociações Permanecem Improváveis na Crise Pós-Eleitoral de Moçambique

• Interesses divergentes

A oposição liderada por Venâncio Mondlane, aparentemente pressiona por um governo de unidade nacional, enquanto o governo da FRELIMO insiste na governação unilateral. Chapo, respaldado pelo reconhecimento internacional, vê poucos incentivos para dividir o poder, enquanto Mondlane exige concessões que desafiam o domínio do partido no poder criando posições irreconciliáveis.

• Ausência de Compromisso

A relutância histórica do partido FRELIMO em negociar disputas pós-eleitorais continua evidente. A administração de Chapo tem enfatizado consistentemente a importância dos marcos legais e do respeito às instituições como condições inegociáveis, rejeitando os apelos de Mondlane para o diálogo devido às suas pré-condições dificultando o alcance de qualquer compromisso.

• Fragilidades estruturais

A crise pós-eleitoral também expõe fragilidades estruturais, como a falta de independência e credibilidade das instituições responsáveis pela organização e fiscalização do processo eleitoral. Alegações persistentes de irregularidades e desconfiança no sistema eleitoral minaram a credibilidade do Estado em gerir disputas de forma imparcial. A oposição vê o sistema judicial como instrumento do poder estabelecido, enquanto o governo argumenta que a sua legitimidade decorre da validação formal das eleições. Essas percepções consolidam o impasse e reduzem as chances de uma solução negociada.

Conclusão

A crise pós-eleitoral em Moçambique reflecte a disputa entre Daniel Chapo e Venâncio Mondlane, marcada por divisões políticas e reivindicações concorrentes de legitimidade. Enquanto Chapo se apoia na validação institucional e na governação unilateral da FRELIMO, Mondlane baseia a sua contestação na mobilização popular e na rejeição dos resultados eleitorais. A fragmentação da oposição e a desconfiança nas instituições ampliam o impasse, dificultando qualquer avanço rumo ao diálogo político.

Para superar o impasse, a construção da confiança pode passar pelo envolvimento da sociedade civil e pela implementação de pequenas reformas que promovam a inclusão. No campo da oposição, Venâncio Mondlane e seus aliados podem contribuir para um diálogo mais construtivo ao adoptar uma abordagem menos confrontacional e apresentar demandas claras e viáveis criando bases com potencial para simultaneamente responder a reivindicações imediatas e mudanças estruturais. A criação de um consenso entre as partes pode favorecer a governação e o exercício da cidadania sem comprometer a estabilidade do estado.

Notas

1. Nogueira Pinto, T. (2025, January 15). *Political crisis in Mozambique shows no signs of abating*. GIS Reports. Disponível aqui: <https://www.gisreportsonline.com/r/mozambique-election-crisis/>
2. Vários distritos em todo o país foram, em diferentes graus, afectados pelos protestos, que frequentemente se transformaram em violência. Zambézia, Nampula e Maputo foram os principais centros dos protestos.
3. Centro de Integridade Pública. (2024, December 24). *Elections 2023-2024 - Bulletin on the Political Process in Mozambique* (No. 354). Centro de Integridade Pública. Disponível aqui: <https://ciplei-coes.org/eng/>
4. União Europeia, Estados Unidos da América, China, Rússia, South Africa, Tanzania, Zimbabwe, Angola, among others
5. New York Times. (2025, January 9). Opposition candidate returns to Mozambique, declaring himself president. The New York Times. Disponível aqui: <https://www.nytimes.com/2025/01/09/world/africa/mozambique-president-mondlane-protests-election.html>
6. Mondlane, V., & PODEMOS. (2024, agosto). *Acordo político entre Venâncio Mondlane e o partido PODEMOS*.
7. Mutemba, S. (2024, 3 de junho). *Moçambique: Venâncio Mondlane sai da RENAMO e do parlamento*. Deutsche Welle. <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-ven%C3%A2ncio-mondlane-sai-da-renamo-e-do-parlamento/a-69257439>
8. 360 Mozambique. (2025, January 8). Early morning swearing-in of PODEMOS MPs “disrespectful”: Mondlane. Available in <https://360mozambique.com/development/early-morning-swearing-in-of-podemomps-disrespectful-mondlane/>
9. Governo do Povo de Moçambique. (2025). *Decreto do Povo n.º 1/2025, de 17 de janeiro*.
10. Spencer, M. E. (1970). Weber on legitimate norms and authority. *The British Journal of Sociology*, 21(2), 123–134. Wiley on behalf of The London School of Economics and Political Science. Disponível aqui: <https://www.jstor.org/stable/588403>
11. Tribunal Constitucional de Moçambique. (2024). *Acórdão n.º 50/2024 – Proclamação dos resultados eleitorais*.
12. Fallon, R. H., Jr. (2005). Legitimacy and the Constitution. *Harvard Law Review*, 118(6), 1787–1853. The Harvard Law Review Association.
13. Club of Mozambique. (2023, October 13). Mozambique elections: We do not want to say they were 100% transparent – Carta. Disponível aqui: <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-elections-we-do-not-want-to-say-they-were-100-transparent-carta-274240/>
14. Carta de Moçambique. (2024, January 10). Tensão pós-eleitoral: Bernardino Rafael reconhece 96 mortos mas não conhece seus autores. Disponível aqui: https://www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/18544-tensao-pos-eleitoral-bernardino-rafael-reconhece-96-mortos-mas-nao-conhece-seus-autores#google_vignette
15. DECIDE Platform. (2025). Preliminary report on the post-electoral context in Mozambique. Disponível aqui: https://pdecide.org/storage/arquivos/1737623503_Ingles_compressed.pdf

AFRICA DEVELOPMENT AFRIQUE ET DEVELOPPEMENT

Vol. XLIX, No. 3, 2024

Número especial em português

Special Issue in Portuguese

Numéro spécial en portugais



Editores Convidados / Guest Editors / Rédacteurs invités

Luca Bussotti

Redy Wilson Lima

Remo Mutzenberg

Disponível
AGORA!

AFRICA DEVELOPMENT AFRIQUE ET DÉVELOPPEMENT Vol. XLIX, No. 3, 2024

Quarterly Journal of the Council for the Development of Social Science Research in Africa
Revue trimestrielle du Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique



Sumário / Contents / Sommaire

Apresentação: Novas abordagens sobre Movimentos Sociais e Direitos Humanos
Luca Bussotti, Redy Wilson Lima, Remo Mutzenberg

Introduction: New Approaches to Social Movements and Human Rights
Luca Bussotti, Redy Wilson Lima, Remo Mutzenberg

Introduction : Nouvelles approches aux mouvements sociaux et aux droits de l'homme
Luca Bussotti, Redy Wilson Lima, Remo Mutzenberg

Vivência em "Epistemologias Negras": desafios e perspectivas no ensino de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Luís Soares, Rayza Silva & Ana Cláudia Rodrigues da Silva

Possibilidades e limites ao exercício da Liberdade Sindical em Cabo Verde de 1975 a 2014
Oswaldo de Carvalho Cruz

A proteção social básica como direito humano: um olhar sobre Moçambique
Maria Elvira Carlos Chipe, Rosana Albuquerque & Maria José Núncio

Uma longa ambiguidade: minorias sexuais em Moçambique entre tolerância e marginalização
Laura António Nhaualeque

Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: sustentabilidade, dependência, imposição
Ernesto Nhatsumbo & Luca Bussotti

Dinâmicas dos movimentos juvenis: protestos nas ruas e contestações nas redes sociais em Angola
Gilson Lazaro

Um país adiado

*Vidas interrompidas, prisões ilegais, destruição e saque:
Como Moçambique vive um dos momentos mais tensos da sua história recente*

Era uma manhã quente em Maputo quando os primeiros tiros ecoaram nas ruas. Hélder Sérgio, um jovem de 17 anos, estava no lugar errado e na hora errada. Tentou correr tropeçadamente no meio da fumaça do gás lacrimogénico, mas perdeu os sentidos. E caiu, de tanto gás inalado. Foi encontrado pelos agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), já com os sentidos recuperados. Testemunhas dizem que ele implorou perdão e prometeu nunca mais participar de manifestações. Não adiantou. Foi alvejado dez vezes, na parte superior do corpo. Os tiros foram disparados à queima-roupa, com a intenção de matar. E os agentes da UIR, todos encapuzados com balaclavas pretas, seguiram para outras frentes, abandonando o corpo do Hélder, que se esvaía em sangue.

“Ele não era bandido, ele não estava armado. Só tentou fugir porque estava assustado. Disseram que ele pediu perdão antes de o matarem”, conta Josefina Américo Cossa, tia de Hélder Sérgio.

Histórias como a de Hélder multiplicaram-se por todo Moçambique durante os violentos protestos pós-eleitorais de 2024 e 2025. O que começou como uma contestação atendível contra um resultado eleitoral, tornou-se numa espécie de guerrilha urbana. O Governo reforçou a repressão através da UIR e dos chamados “esquadrões de morte”, uma milícia ao serviço do regime do dia. Mesmo assim, os manifestantes não arredaram pé. Aliás, reforçaram-se para responder à repressão estatal.

Rui Miguel Lamarques

Jornalista,
Treinador e estudantes
de jornalismo da MídiaLab,
Maputo, Moçambique

Entre confrontos nas ruas e becos, barricadas, buzinas, *panelanços* e vuvuzelas, Moçambique viu-se envolvido numa onda de violência que resultou em cerca de 500 mortos, 4.228 detidos e milhares de feridos. Acresce a isso um rasto de destruição económica e social.

A questão que se impõe agora não é apenas política. Mas também económica. E social. Quanto custou e vai custar essa revolta? E quem pagará essa conta? Os protestos ocorreram em quatro fases distintas, cada uma com sua intensidade e dinâmica. Se no início a repressão era localizada, com detenções pontuais, à medida que a contestação se espalhava, o Estado endureceu a sua resposta e o número de presos disparou.

Prisões por fase:

- Fase 1 (21–22 de Outubro de 2024): 464 presos.
- Fase 2 (“*Panelanços*”, 24–25 de Outubro de 2024): 99 presos.
- Fase 3 (“*Buzinadas*”, 31 de Outubro – 7 de Novembro de 2024): 506 presos.
- Fase 4 (“*Hino Nacional e da África*”, 16 de Novembro – 16 de Janeiro de 2025): 1.378 presos.
- Total de detidos: 4.228 manifestantes em todo o país.

O que esses números não mostram são os rostos e as histórias de

quem sofreu as consequências. Alberto Branquinho Marrove, de 34 anos, perdeu um olho. Ele não estava a protestar. Passava pela Avenida Filipe Samuel Magaia quando sentiu um impacto forte no rosto. “A polícia andava a lançar gás lacrimogénico e disparava. Ao olhar para trás, senti a bala no meu olho. Fui levado ao hospital de Mavalane, mas já não havia o que fazer. O olho teve de ser retirado.”

Diante da violência, a Polícia e o Governo justificaram a repressão chamando os protestos de “terrorismo urbano”. “Estamos a assistir a um grupo de desordeiros que querem lançar o caos no país. As Forças de Defesa e Segurança (FDS) irão intervir sempre que for necessário para garantir a ordem pública.” – afirmou o então Ministro do Interior, Pascoal Ronda.

A resposta da sociedade civil foi imediata. Organizações de direitos humanos acusaram a Polícia de uso excessivo da força, de prisões arbitrárias e de assassinatos extrajudiciais.

Casos como o de Alberto tornaram-se frequentes. Prisões indiscriminadas, uso de força excessiva e relatos de tortura começaram a circular entre activistas e organizações da sociedade civil.

O Impacto económico e social dos protestos

As manifestações não afectaram apenas os manifestantes. A economia nacional sofreu um golpe brutal. Empresas, escolas, hospitais e infra-estruturas públicas foram atacados, incendiados e vandalizados.

Impacto material:

- 1.149 infra-estruturas destruídas.
- 500 empresas vandalizadas, resultando na perda de 12.000 empregos, de acordo com uma estimativa do CTA.
- 87 postos policiais atacados – 40% da estrutura da PRM danificada.
- 77 viaturas do sector da saúde destruídas.

O comércio foi um dos sectores mais prejudicados. Ireneu Bagão, um pequeno empresário da vila do Alto Molocué, na Zambézia, viu a sua loja ser saqueada e incendiada. “Trabalhei sete anos para construir o meu negócio e, em minutos, perdi tudo. Levaram mercadoria, queimaram as prateleiras. Não sobrou nada. Agora estou sem dinheiro para recomeçar.”

O impacto foi sentido em todo o Moçambique, mas foi em Maputo, Nampula e Tete onde o rasto de destruição fazia lembrar o cenário da guerra civil. No município da Matola, o posto administrativo da Machava funcionava como viveiro de armazéns e fábricas. Hoje, as paredes erguem-se como testemunhas mudas dos saques. Se os números da destruição material impressionam, os números de mortos e feridos revelam a tragédia humana por trás do conflito.

Número de mortos e feridos por fase:

- Fase 1: 11 mortos, maioria em Nampula.
- Fase 2: 13 mortos, 36 baleados.
- Fase 3: 11 mortos, 86 baleados.
- Fase 4: O dobro das mortes, sem número exacto.
- Total estimado: Mais de 50 mortos e centenas de feridos.

O que fica para o futuro?

O país tenta retomar a normalidade, mas as perguntas permanecem:

- Alguém será responsabilizado pelos mortos e feridos?
- O Governo aprenderá algo com essa crise ou dobrará a sua repressão?
- A oposição sairá fortalecida ou os protestos serão apenas um capítulo esquecido?

O que é certo é que a memória dos protestos de 2024–2025 ficará marcada na história de Moçambique. Resta saber se será o início de um novo ciclo ou apenas mais um episódio de violência política no país.

Assassinatos políticos, colapso económico e repressão: O outro lado da crise pós-eleitoral em Moçambique

Acrise pós-eleitoral em Moçambique não se limitou à repressão violenta e ao rasto de destruição nas ruas. Por trás dos números alarmantes de mortos, feridos e presos, há também um cenário de assassinatos políticos, impactos económicos avassaladores e um crescente isolamento internacional do governo moçambicano.

Execuções selectivas

Na noite de 18 de Outubro de 2024, dois dos mais proeminentes membros do partido da oposição PODEMOS foram brutalmente assassinados em Maputo. Elvino Dias, advogado da formação política, e Paulo Guambe, seu porta-voz, foram mortos a tiros em circunstâncias que ainda não foram esclarecidas.

Elvino Dias estava no centro da contestação aos resultados eleitorais, a liderar a produção da contestação que seria submetida ao Conselho Constitucional. O seu assassinato foi visto como um golpe mortal à capacidade da oposição de contestar judicialmente os resultados eleitorais.

“Não restam dúvidas de que Elvino e Paulo foram eliminados para enfraquecer a luta contra a fraude eleitoral. O que estamos a ver é um regime que não tolera qualquer contestação”, afirmou um membro da sociedade civil sob anonimato.

Os assassinatos geraram forte condenação internacional. A União Europeia, a União Africana, os Estados Unidos e Portugal exigiram investigações independentes e medidas para garantir a segurança da oposição. Contudo, até agora, o governo moçambicano não apresentou nenhuma explicação convincente sobre os crimes.

O regresso de Venâncio Mondlane e a repressão contínua

Em meio ao caos, Venâncio Mondlane, candidato da oposição que alega ter vencido as eleições, retornou a Moçambique em 9 de Janeiro de 2025, após um período de exílio por questões de segurança.

Mondlane foi recebido por uma multidão de apoiantes, mas a recepção foi marcada por uma forte repressão policial. A polícia usou gás lacrimogénico e balas de borracha para dispersar a multidão que tentava acompanhar o líder opositor.

Ao regressar, Mondlane fez um pronunciamento duro:

“Não podemos aceitar um regime que usa a violência para se perpetuar no poder. A luta continua, porque a nossa vitória foi roubada.”

A repressão a opositores, jornalistas e manifestantes continua intensa, e a incerteza política paira sobre o futuro do país. A grande questão é: Moçambique está à beira de uma nova onda de confrontos ou finalmente encontrará um caminho para o diálogo e a estabilidade?

A imprensa moçambicana na trajectória de eleições de alto risco

Areia para os olhos dos jornalistas

Liguei para uma editora de um órgão de comunicação social nacional, minha amiga, apenas para cumprimentá-la, mas antes que eu dissesse algo, ela apressou-se a desabafar : “ está extremamente difícil trabalhar... distinguir entre informação verdadeira e informação falsa, *fake news*... Está toda a gente a atirar-nos areia nos olhos”.

O desabafo desta jornalista chamava a atenção para a qualidade da informação que o público moçambicano tem vindo a consumir, praticamente desde 2023: do longo período eleitoral, iniciado com as eleições autárquicas de 11 de Outubro desse ano, até às eleições presidenciais, parlamentares e das assembleias provinciais, cujos resultados finais foram proclamados pelo Conselho Constitucional no dia 23 de Dezembro de 2024.

Eu e esta jornalista iniciámos daí uma conversa mais ou menos longa, sobre como a *media* nacional tem tratado a avalanche de informações que têm sido postas a circular, através de diferentes canais mediáticos, com maior intensidade a partir do início do mês de Outubro último.

Assim, desde antes, durante e depois das campanhas eleitorais e do anúncio dos resultados, a luta pelo controlo das mentes, através de informações difundidas

Tomás Vieira Mário

Jornalista
Director Executivo
Centro de Estudos de Comunicação
SEKELEKANI
Maputo, Moçambique

por diferentes *media*, desde os tradicionais ou convencionais (rádio, TVs e jornais) até aos digitais, em particular as redes sociais baseadas na Internet – com destaque para as plataformas whatsapp e o Facebook – manteve-se tão renhida quanto se tem mantido imprevisível o desfecho final da crise pós-eleições.

Com efeito, se este ciclo eleitoral foi o mais competitivo, mais controverso e mais violento de sempre (com perto de 200 mortos até Dezembro de 2024, segundo fontes independentes), essas suas características têm sido sempre, e em crescendo, transportadas e intensamente reflectidas nos *media*, onde se confrontam essencialmente duas narrativas: a de uma monumental fraude por um lado, e a de vandalismo nas manifestações em protesto contra os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições, no dia 23 de Outubro, por outro. Na defesa de uma ou da outra das narrativas, tem sido, não raro, difícil distinguir entre a informação noticiosa factual e aquela politicamente contaminada; entre o comentário jornalístico fundamentado e o faccioso, ou

entre debates livres de ideias e programas criados com o fim deliberado de manipulação da opinião pública.

Nesta batalha mediática, já ficou parcialmente para história a tradicional distinção entre os *media* do sector estatal/público e os do sector privado, em que prevalecia uma linha divisória mais ou menos nítida, onde os primeiros eram percebidos como tendencialmente alinhados com a agenda oficial, e os segundos, mais independentes dos poderes públicos. Uma certa agressividade do sector privado, em particular dos canais televisivos, que procuravam questionar a governação, com algum escrutínio sobre a qualidade dos serviços públicos e a conduta de servidores públicos de topo, cedeu, a favor de uma postura mais branda e menos inquisitória.

“Demita-se, Senhora Ministra!”

A mais recente notícia controversa seria aquela difundida na noite do dia 26 de Dezembro, pelo Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, anunciando a evasão de 1.534 reclusos da cadeia central da Machava, na tarde do dia anterior. Segundo ele, esta fuga teria resultado de uma acção premeditada e da responsabilidade de manifestantes “subversivos” que têm vindo a protestar contra os resultados oficiais das eleições do dia 9 de Outubro: na confrontação entre eles e a Polícia teriam morrido 33 pessoas.

Na mesma comunicação, feita em tom particularmente dramático, Bernardino Rafael afirmou esperar a ocorrência, nas próximas 48 horas, de uma grande subida de todo o tipo de criminalidade na cidade de Maputo, devido ao facto de existirem “alguns terroristas altamente perigosos”, entre os reclusos fugitivos.

Entretanto, sobre o mesmo incidente, e no mesmo dia, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (entidade que tutela as cadeias) Helena Kida, dera uma versão diferente, dizendo textualmente que, ao contrário de “algumas informações”, os tumultos não tiveram origem externa, mas sim eclodiram a partir de dentro da penitenciária.

Como seria de esperar, estas comunicações – contendo informações contraditórias – passaram imediatamente a fazer as manchetes dos jornais e os destaques das rádios e TVs, e a alimentar comentários de todo o tipo nas redes sociais, incluindo na imprensa estrangeira: por exemplo, na sua página digital, a Televisão Pública de Angola (TPA) escreveu, no dia 27 de Dezembro, que “terroristas altamente perigosos fogem da cadeia de Maputo”.

Contudo, a maior perplexidade daquela jornalista advinha do facto de dois dias depois desta evasão em massa, terem começado a circular outras notícias, em que, a partir da mesma penitenciária, reclusos disseminaram vídeos, desmentindo, quer a Ministra, quer o Comandante Geral da Polícia. Na versão destes reclusos, amplamente repetida até na *media* internacional, a evasão teria iniciado quando, por qualquer motivo desconhecido, agentes da Polícia balearam mortalmente dois reclusos no interior da penitenciária. Os

tumultos teriam eclodido quando foi negado o pedido de socorro às vítimas, provocando a ira de outros presos, que incendiaram secções da prisão, seguindo-se daí a aludida evasão.

Na sequência do anúncio deste grave incidente, e como forma de precaução contra uma onda de criminalidade que, segundo o Comandante-Geral da Polícia, iria ser provocada pelos fugitivos, uma campanha de patrulhamento nocturno nos bairros de Maputo e Matola foi lançada no dia 27, em que os moradores deveriam vigiar movimentos de homens portadores de catanas, ao longo da noite até ao amanhecer.

Porém, contrariamente a todo o alarido feito sobre a circulação, em alguns bairros, de tais “homens-catana”, nenhuma patrulha apresentou publicamente qualquer bandido armado com catana. Pelo contrário: grupos de jovens com roupa esfarrapada e rostos aterrorizados, apareceram em alguns canais televisivos, acusando a Polícia de os ter levado das ruas à força, ou aliciado com promessas de trabalho rápido remunerado, em Esquadras, para mais tarde largá-los à noite, em locais recônditos, donde, ao serem apanhados pelas patrulhas, seriam apresentados como os destemidos “homens-catana”, evadidos da cadeia central de Machava.

No dia 28 a *media* nacional divulgou imagens de reclusos recapturados e inexplicavelmente mortos na cadeia, e calculados em cerca de 40. As imagens chocaram a opinião pública nacional e mereceram a mais contundente condenação da Ordem dos Advogados de Moçambique, que exigiu uma investigação rigorosa sobre as causas do incidente por uma comissão independente.

Numa reportagem comentada, com projecção de imagens dos reclusos mortos, em que se ouvem vozes de agentes da Polícia identificando as vítimas através de chutos de botas sobre as suas cabeças inertes, Ernesto Marinho, conhecido apresentador da TV Sucesso clamava, insistentemente: “Senhora Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Dra. Helena Kida, por favor, demita-se!”

Estes incidentes seguiram-se às manifestações violentas que espalharam destruição e caos por todo o país, sobretudo nos dias 24 e 25 de Dezembro. De acordo com o Ministro do Interior, Pascoal Ronda, num período de 24 horas, precisamente entre os dias 24 e 25, terão morrido 21 pessoas, em 236 “actos de violência grave”, incluindo ataques a esquadras e a cadeias, donde haviam sido libertados presos de diferentes delitos. O caos, com saques e incêndio de estabelecimentos comerciais, tinha-se alastrado por todo o país, ultrapassando visivelmente a capacidade de resposta, sem demasiado derramamento de sangue das forças de defesa e segurança.

Com efeito, críticas sobre o uso desproporcional de força por parte de diferentes ramos da Polícia estiveram sempre presentes na generalidade da *media* independente. A este respeito, e em jeito de rescaldo, Ilídio Nhantumbo, colunista do jornal electrónico “Carta de Moçambique”, na sua edição de 5 de Janeiro de 2025, escreve: “Enquanto o Estado é tido como republicano e de reacção armada legítima contra o uso ilegítimo da força, nas manifestações e protestos pacíficos, embora com focos localizados de violência, a Frelimo usa meios de coerção do Estado como meio de

manutenção do poder. A PRM, bem como a UIR, têm optado pelo uso desproporcional da força, deixando patente o cunho de entidades partidarizadas”. A *media* fez igualmente eco de denúncias de organizações internacionais de direitos humanos, como a Human Rights Watch, que exigiam inquéritos sobre a repressão policial desmedida sobre os manifestantes, incluindo sobre crianças e pessoas com deficiência, colocando o Governo em posição dilemática.

Perante esta pressão, a fuga de prisioneiros da cadeia central pode ter sido uma estratégia deliberada das autoridades para criar terror, deslocando o foco das pessoas, das manifestações, para a sua própria segurança, foi colocada esta hipótese em alguns *media*. Nesses termos, a Voz da Alemanha (DW) citou um comentarista moçambicano, Momade Yassin, dizendo: “Tenho dúvidas que não seja uma acção propositada, de quem tem o poder de assim o fazer, para desviar a atenção inicial das manifestações resultantes da crise eleitoral”.

Sobreviver no meio de fogo cruzado

Depois das campanhas eleitorais, em que pela primeira vez havia quatro candidatos presidenciais, – Daniel Chapo(Frelimo), Lutero Simango (MDM), Ossufo Momade (Renamo) e Venâncio Mondlane (Podemos) – dois importantes acontecimentos, ocorrendo sucessivamente nos dias 10 e 19 de Outubro, vão abrir o período mais crítico desta experiência mediática: a 10 de Outubro, dia seguinte ao da votação, Venâncio Mondlane vai declarar-se vencedor das “presidenciais”, com base numa contagem paralela, baseada nas actas e editais dos locais de

voto recebidas de todo país, pelo Podemos, através dos delegados nas mesas, correspondendo, até à altura, a quase 25% das mesas de votação.

Na sua declaração, Mondlane afirma estar a preparar-se para em 2025 assumir o Governo, e acrescenta ter já constituído uma “Comissão de Transição Governativa”, que vai, a partir de Janeiro de 2025, ter acesso aos ministérios (...) para se inteirar dos dossiês (..) e das chaves”. A declaração de Mondlane, muito celebrada por uma larga legião de internautas jovens, vai criar raios de choque junto da Frelimo e do Governo.

Na semana seguinte, dia 19, homens armados desconhecidos vão assassinar a tiro, duas figuras de proa associadas ao Venâncio Mondlane e ao Podemos, nomeadamente Elvino Dias e Paulo Guambe, assessor jurídico do candidato presidencial e mandatário do partido que o apoia. Na generalidade, a *media* vai reportar este acto em termos condenatórios, associando-o, directa ou indirectamente, ao processo político-eleitoral em curso. Praticamente nenhum órgão de informação confere qualquer credibilidade à alegação do porta-voz da Polícia da Cidade de Maputo, dizendo que as mortes estariam associadas a disputas de natureza conjugal.

Na sua reacção, Venâncio Mondlane vai acusar as forças de defesa e segurança de autoria do crime, e convoca uma greve de protesto para o dia 21, em que “não deverá haver trabalho nem circulação”. A *media* vai reportar estes incidentes com grande destaque, incluindo através de debates vivos, abrangendo agora

um novo subtipo de *media* digital ora em florescimento: os *webinars* e podcasts, geridos por grupos de cidadãos ou organizações da sociedade civil, como o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Observatório do Meio Rural (OMR). De um modo geral, a narrativa mediática em torno da figura de Venâncio Mondlane e do Podemos tem tendência a ser-lhes favorável, apoiada por uma intensa campanha de imagem nas redes sociais, onde há sinais de uma vasta rede de apoiantes muito vigilantes.

Entretanto, no meio desta corrente de acontecimentos, a Procuradoria-Geral da República (PGR) vai emitir, no intervalo de uma semana, duas “notificações” a Venâncio Mondlane, acusando-o de violar a Constituição da República, incitar à violência e seguir “comportamentos que violam os princípios e normas ético-eleitorais”. Em vários dias seguidos, praticamente todas as estações de TV – incluindo, portanto, as privadas – vão dedicar seus programas de debates abordando, exactamente, e em tom uniformemente condenatório, a conduta de Venâncio Mondlane, seguindo, com raras excepções, os termos dos comunicados da PGR, o que leva a suspeitar de uma forte pressão da Frelimo e do governo para reverter a tendência até aí dominante.

Entre causa e a consequência: os vândalos

No dia 21 de Outubro, quase duas semanas depois da votação, a polícia vai lançar granadas de gás lacrimogénico e tiros para o ar, forçando o candidato presidencial Venâncio Mondlane a interromper uma sessão de declarações à imprensa, antes do início de uma manifestação pacífica, que fica

assim abortada, no centro da cidade de Maputo. Esta vai ser a última aparição de Mondlane em público, tendo passando a comunicar por via da sua conta do Facebook, a partir de local desconhecido no estrangeiro.

Três dias depois, no dia 24 de Outubro, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) anuncia os resultados destas eleições, conferindo uma vitória histórica à Frelimo e ao seu candidato presidencial, Daniel Chapo. Com efeito, os resultados anunciados pela CNE conferem ao partido no poder 195 dos 250 lugares na Assembleia da República, bem como a eleição do seu candidato a Presidente da República, Daniel Chapo, com 70,67 por cento dos votos. A grande novidade, porém, destes resultados vai ser a vitória de uma força política até aí praticamente desconhecida, o Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos), que vai ocupar o segundo lugar no Parlamento, com 31 deputados, empurrando assim a Renamo para uma desprestigiante terceira posição. Venâncio Mondlane, o candidato presidencial apoiado pelo Podemos, vai aparecer com 20 por cento dos votos validamente expressos. A

partir daí os eventos vão precipitar-se rapidamente, colocando a *media* verdadeiramente no meio de “fogo cruzado”.

Nas semanas que se vão seguir, os protestos populares, que Venâncio Mondlane vai convocar a partir do exterior, com elevada taxa de adesão, vão intermitentemente paralisar o país, e com crescentes níveis de desordem e de violência, um pouco por todo o país, mas tendo como epicentro a cidade de Maputo. Sem surpresa, o pico dos protestos vai registar-se a partir da proclamação final dos resultados do pleito, pelo Conselho Constitucional, no dia 23 de Dezembro, confirmando a vitória da Frelimo e do seu candidato presidencial, Daniel Francisco Chapo.

A partir desta fase dos protestos pós-eleitorais, a *media* nacional vai ver-se disputada por duas tendências de narrativas procurando ganhar as mentes dos cidadãos: por um lado, a narrativa segundo a qual toda a luta e sacrifícios deve ser consentida, em busca da “verdade eleitoral”, e por outro, a versão segundo a qual a Nação corre o risco de cair no caos, com sua frágil economia sucumbido a uma sanha inconsciente de “vândalos”.

A onda violenta que se seguiu à proclamação e validação dos resultados eleitorais, em particular nos dias 24 e 25 de Dezembro, em que os manifestantes saquearam e destruíram diversas infra-estruturas sociais e económicas, incluindo infra-estruturas físicas da Frelimo, esquadras da Polícia e estabelecimentos comerciais, terá atraído de forma monopolista a atenção da *media* ao longo de todo o mês de Dezembro, em detrimento do debate sobre as causas de fundo de todo o caos ora em curso.

Contudo, se os últimos desenvolvimentos (violentos) elevaram, junto da *media* com laços históricos com o Estado, a narrativa de “vândalos” em acção, portanto procurando “despolitizar” os protestos e circunscreve-los ao mero quadro de actos criminais e de desacato à autoridade, os debates mantidos activos pela maioria das TV privadas, de Podcasts e de webinars mantiveram a perspectiva de protestos contra a fraude na agenda política nacional, o que em resumo reflecte o período de maior polarização social jamais vivido ao longo dos 50 anos da independência de Moçambique, que se assinalam no próximo mês de Junho.’

Contraditório e Tutela Jurisdicional Efectiva no Processo de Proclamação e Validação dos Resultados Eleitorais

Este texto analisa a possibilidade do exercício do contraditório no processo de proclamação e validação dos resultados eleitorais em Moçambique. A motivação deste texto é uma conclusão do Conselho Constitucional (adiante CC) no Acórdão de proclamação e validação das eleições de 2024 (adiante Acórdão), que afirma que o legislador não criou normas processuais próprias que garantam o direito ao contraditório no contencioso eleitoral. Em outras palavras, os interessados, especialmente os recorrentes ou concorrentes às eleições, não podem influenciar a decisão contestando as provas apresentadas por outros interessados e, nos casos em que o CC realiza diligências de prova, não tem a possibilidade de impugná-las. Sabe-se, entretanto, que ao apresentarem um recurso, podem ter apresentado as provas que entenderem relevantes, mas isso não é suficiente para lhes impedir de o fazerem em face de novos elementos no processo, tendo em conta o devido processo legal onde, de entre outros, se deve assegurar o direito de defesa e o contraditório.

O contraditório é a pedra angular do direito processual e, sem ele, uma das garantias essenciais do Estado de Direito deixa de existir. Ele garante a participação efectiva das partes no desenvolvimento de

Tomás Timbane
Advogado, Professor
Faculdade de Direito
Universidade Eduardo Mondlane,
Bastonário da Ordem dos Advogados
Maputo, Moçambique

todo o litígio, permitindo que, em plena igualdade, influenciem os factos, provas e questões de direito relevantes para a decisão. O CC indica que, desde a interposição do recurso até à decisão final, não há contraditório, caracterizando um verdadeiro recurso hierárquico necessário jurisdicionalizado sem contudo, explicar em que termos esta caracterização explica a posição que tomou. Dada a importância do contraditório, questiona-se se ele deve ser previsto ou, na ausência de previsão legal expressa, ignorado.

Este princípio é crucial para garantir a justiça e a imparcialidade das decisões, permitindo que todas as partes sejam ouvidas e que as decisões sejam tomadas com base em uma análise completa e equilibrada dos factos e argumentos apresentados. A ampla defesa é um princípio fundamental que garante a todos os cidadãos o direito de se defenderem plenamente em qualquer processo judicial ou administrativo. O objectivo é assegurar que todas as partes tenham uma oportunidade justa e equitativa de se manifestar e defender seus interesses antes que uma decisão seja tomada.

No processo eleitoral, após a interposição do recurso e respectivas provas, o CC requisitou, a pedido dos recorrentes, as actas e editais do apuramento parcial junto da CNE para o devido confronto – esse exercício probatório deve ser objecto do contraditório. Sabe-se, pelas informações públicas, que quando notificada para explicar as divergências detectadas, a CNE não realizou uma sessão plenária para deliberar sobre a resposta, tendo esta sido dada pelo Presidente da CNE sem intervenção dos demais membros, incluindo os dos partidos recorrentes. Essas informações não foram partilhadas no plenário da CNE, o que teria permitido que apresentassem elementos para contraditar ou não o conteúdo.

Além disso, após invalidar a deliberação da CNE e, por conseguinte, o apuramento nacional, provincial e distrital, o CC realizou um conjunto de diligências, incluindo a recolha e apresentação de provas (actas e editais) e outras evidências para a verificação, permitindo formar a sua convicção sobre os factos em litígio, determinando quais eram provados ou não.

Se num processo judicial pretende-se a tutela dos direitos e interesses dos intervenientes processuais através dos tribunais – como impõe a Constituição da República –, deve-se garantir uma tutela efectiva,

permitindo que a demanda e a defesa sejam feitas adequadamente, com as partes participando intensamente na formação do convencimento do juiz. No presente caso, não se tratou apenas de analisar o material probatório trazido pelos recorrentes, mas também, realizar diligências de prova que careciam de ser contraditadas pelos interessados, nomeadamente os partidos concorrentes.

Como foi feito o confronto das actas e dos editais à revelia dos interessados, considerando que essas actas e editais poderiam não coincidir com os apresentados pelos recorrentes e demais partidos interessados? O CC optou por aquilo que considerou uma solução metodológica intermediária, fazendo uma reverificação das actas e dos editais para detectar a origem das divergências, constituindo equipas de trabalho para a materialização do que pretendia, o que corresponde, na prática, a um novo apuramento parcial ou intermédio. Sucede que, nestas fases de apuramento, a Lei Eleitoral consagra um conjunto de garantias de transparência, que inclui a participação dos mandatários dos partidos políticos concorrentes e dos observadores o que, na intervenção do CC, para a prática de actos próprios de apuramento (parcial e intermédio), já não se verificou. Tanto pelo princípio do contraditório como pelo da transparência, o CC deveria ter permitido a intervenção de todos os intervenientes processuais. É verdade que, como diz o Acórdão, a jurisdição eleitoral não é uma jurisdição de mera legalidade, gozando o juiz constitucional de plenos poderes, podendo ditar ordens aos órgãos eleitorais, dar a

solução jurídica sem intervenção da administração eleitoral, alterar ou mandar alterar, recontar votos, confrontar editais ou invalidar a eleição. Mas essa não é uma carta branca para que o CC possa, sem nenhum controlo, sobretudo dos interessados, proceder como entender, justamente porque deve considerar-se que a intervenção dos interessados é um direito que lhes assiste e uma garantia da lisura de todo o processo de contencioso eleitoral.

Importa sublinhar que nada na lei prevê expressamente esses poderes, resultando de uma interpretação de uma disposição genérica relativa às eleições distritais e provinciais (artigo 151 da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio), sendo que, relativamente às eleições presidenciais e legislativas, o princípio é o mesmo e encontra-se no artigo 127 da Lei n.º 2/2019, de 31 de Maio – o qual, estranhamente, não foi citado.

Outra conclusão do CC é a de que as cópias das actas e dos editais originais do apuramento, devidamente assinados e carimbados, entregues aos delegados dos partidos, não carecem de autenticação notarial para fazerem fé em juízo. Fazer fé em juízo significa ter força probatória, ou seja, considerar verídicos os factos nele referidos. Ainda que façam fé em juízo, os documentos podem ser impugnados com base na sua falsidade, quer se trate de documentos autênticos, quer se trate de documentos particulares, tal como resulta do regime jurídico da prova documental previsto no Código Civil.

Havendo uma clara divergência não resolvida pela explicação dada pela CNE, seria prudente e razoável, além de respeitar o princípio do

devido processo legal, ouvir os interessados que poderiam arguir a falsidade das actas e dos editais que serviram de base ao exercício feito pelas equipas de trabalho.

Na ausência de uma disposição expressa que preveja o contraditório, considerando o alcance do princípio, a natureza do processo e o impacto da decisão de validar ou não os resultados eleitorais, ao decidir pela reverificação das actas e dos editais, o CC deveria ter ouvido os interessados, permitindo que, com base no material apresentado pela CNE e não notificado aos interessados ou no resultado da reverificação, pudessem exercer o contraditório. As equipas de trabalho constituídas – cuja legalidade é questionável – não fazem parte da jurisdição eleitoral e as suas conclusões fundamentaram a decisão do CC.

Lendo o acórdão, não consta nenhum levantamento nem comparação feita, não se sabendo quais foram os elementos considerados para as conclusões alcançadas, quais actas ou editais foram considerados. Dado o número elevado de actas e editais a serem analisados, a melhor solução teria sido optar-se pela recontagem, garantindo o contraditório, pois todos os interessados estariam presentes no processo, como deveriam ter estado na contagem inicial. Justifica-se, assim, que o legislador estabeleça um processo que permita, nos casos relatados, o exercício do princípio do contraditório, como uma forma de tutela jurisdicional efectiva dos direitos e interesses do cidadão.

Mpesa Não É Um Trabalho: a Desigualdade, o Desemprego e a Política de um Levantamento Popular

Em 2024, os moçambicanos saíram à rua numa revolta popular sem precedentes para manifestar-se contra os resultados fraudulentos das eleições gerais. Embora o impulso para as manifestações tenha sido a reposição da verdade eleitoral, os manifestantes apropriaram-se do símbolo de Venâncio Mondlane para expressar a sua indignação e reivindicar um conjunto muito mais amplo de prioridades, incluindo o acesso à habitação, serviços públicos e empregos dignos. O partido no poder respondeu com uma campanha de terror. Segundo a Plataforma Eleitoral [Decide](#), entre 21 de Outubro e 21 de Janeiro, 315 pessoas foram assassinadas pela polícia, mais de 3.000 ficaram feridas, 4.236 foram detidas ilegalmente e algumas continuam desaparecidas. Entre a fúria e euforia, os manifestantes de vários estratos sociais proclamavam: “Anamalala, o regime da Frelimo acabou”.

Os elevados índices de pobreza e desigualdade constituem uma das causas raízes desta revolta popular. Entre 2014/15 e 2020/21, a taxa de pobreza nacional disparou de 46,1 por cento para 68 por cento – resultado da crise das dívidas ocultas que levou à desvalorização do metical, à inflação dos preços dos produtos de primeira necessidade e à drástica redução do consumo. Esta situação foi agravada pelos

Ruth Keila Castel-Branco

Southern Centre
for Inequality Studies,
Universidade de Witwatersrand

choques climáticos e tensões político-militares, que tornaram o país ainda mais dependente das importações. Enquanto a maioria dos moçambicanos teve de apertar os seus cintos, uma minoria continuou a alargar os seus. Com um índice de Gini de 50,3 por cento, Moçambique já é um dos países mais desiguais do mundo. Mas o modelo de desenvolvimento extractivista tem agravado ainda mais as desigualdades materiais, sociais e existências.

Uma das razões-chave para os elevados índices de pobreza e desigualdade é a falta de emprego digno. Segundo os dados estatísticos nacionais, apenas 15 por cento da população economicamente activa são trabalhadores assalariados. Destes, menos da metade são considerados trabalhadores formais, com acesso a todas as protecções laborais, incluindo a segurança social. Regulamentos inadequados, elevados índices de evasão por parte dos empregadores e a falta de fiscalização por parte da Inspeção Geral do Trabalho são algumas das razões para as elevadas taxas de informalização

do trabalho. Os restantes 85 por cento não têm outras opções a não ser tentar “desenrascar” a vida através de uma multiplicidade de actividades, como camponeses, pequenos comerciantes e artesãos independentes. Porém, como indicam as taxas de pobreza, a maioria não ganha o suficiente para satisfazer suas necessidades básicas.

Em 2017, Moçambique adoptou uma Política de Emprego, que visa promover mais e melhores empregos. Um dos seus pilares é a criação de novos postos de trabalho para os jovens. No entanto, as principais acções não se concentram na geração de empregos, mas sim na promoção do empreendedorismo através de programas de formação, acesso ao crédito, e incubação de pequenas e médias empresas. Em 2020, o Governo criou a Secretaria de Estado da Juventude e do Emprego. Com o financiamento do Banco Mundial, o SEJE implementou dois programas: Eu Sou Capaz que tem como objectivo empoderar a rapariga e o Emprega, que apesar do nome, está focado na formação e apoio a empreendedores. Segundo o relatório do [Banco Mundial](#), o Emprega ofereceu empréstimos de até Mts 65.000 a 500 pequenas e médias empresas, que por sua vez, prometeram criar 5.000 empregos. Para além de ser uma gota no

oceano quando comparada com o número total de desempregados, os empregos criados não garantem um rendimento digno e regular ou a progressão profissional. Como dizia um cartaz de uma das manifestantes durante a revolta popular de 2024: “Mpesa não é um trabalho”, é uma estratégia de último recurso.

No livro *“Juventude, Waithood e Protestos Sociais em Africa”* a antropóloga Alcinda Honwana

defende que a grande parte dos jovens africanos vivem um prolongado período de suspensão entre a infância e a idade adulta, por causa da falta de acesso à habitação e oportunidades de emprego digno. Os movimentos de protesto liderados por jovens são uma resposta a estas pressões. No entanto, muitos movimentos têm tido dificuldade em consolidar as suas reivindicações numa agenda política transformativa. A

transformação da ordem política não requer apenas uma mudança de partido; requer a articulação de uma alternativa ao dogma neoliberal que tornou Moçambique ainda mais pobre e desigual. A revolta popular de 2024 representa um ponto de viragem, mas ainda não se sabe para onde esta viragem nos irá levar.

As Redes Sociais nas Manifestações de Maputo: Uma Análise da Etnografia Digital

Introdução

As manifestações que eclodiram em Maputo em Outubro de 2024 representam um momento singular na história social moçambicana, onde as redes sociais emergiram como elementos centrais de articulação política e mobilização popular. Este estudo analisa, através de uma perspectiva etnográfica digital, como diferentes plataformas – *Facebook*, *X*, *Instagram* e *WhatsApp* foram apropriadas e transformadas em instrumentos sofisticados de resistência política, documentação da repressão e construção de redes de solidariedade.

A análise destas manifestações exigiu um quadro teórico capaz de capturar, tanto as especificidades do contexto africano contemporâneo, quanto as dinâmicas particulares dos movimentos sociais mediados por tecnologias digitais. Fundamentalmente, o estudo apoia-se em duas principais contribuições da antropologia contemporânea.

Central ao estudo está a antropologia política dos Comaroff (2012), particularmente a sua teorização sobre movimentos sociais em contextos pós-coloniais africanos e o seu conceito de “política do descontentamento”. Esta perspectiva teórica oferece ferramentas cruciais para compreender como diferentes formas de insatisfação social se articulam através de plataformas

Dilman Michaque Gabriel Mutisse

Antropólogo,
pesquisador independente

digitais, permitindo examinar como experiências individuais de privação se conectam com críticas estruturais ao sistema vigente através das redes sociais.

Complementarmente, o trabalho de Honwana (2013) sobre a juventude africana fornece bases fundamentais para analisar como uma geração que combina educação formal com experiência de precariedade desenvolve formas particulares de consciência e acção política. A sua análise da condição de “*waithood*”, o tempo de espera entre jovens africanos oferece instrumentos teóricos importantes para compreender como frustrações sociais são transformadas em mobilização política através das redes digitais.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na abordagem da etnografia digital desenvolvida por Miller (2016), que oferece ferramentas metodológicas cruciais para compreender como plataformas digitais são apropriadas em diferentes contextos culturais, argumentando que cada sociedade desenvolve formas particulares de utilizar e dar significado às redes sociais. O seu trabalho sobre as mídias sociais e as suas implicações na vida quotidiana fornece bases

sólidas para analisar como diferentes plataformas digitais assumem papéis específicos em contextos de mobilização política.

Esta perspectiva metodológica permite examinar como cada plataforma digital desenvolve funções particulares dentro do movimento:

- o *WhatsApp* como ferramenta de coordenação táctica imediata, permitindo adaptações rápidas face à repressão;
- o *Facebook* como espaço de elaboração de narrativas políticas mais amplas, onde experiências individuais são conectadas com críticas estruturais;
- o *X* como ambiente de análise política mais elaborada, onde manifestantes desenvolvem críticas sofisticadas ao sistema vigente;
- e o *Instagram* como arquivo visual dos protestos, documentando desde os momentos de mobilização pacífica até às situações de confronto com forças policiais.

O artigo estrutura-se em quatro secções principais. A primeira examina as redes sociais como espaço de articulação política, analisando como diferentes plataformas digitais foram apropriadas e articuladas estrategicamente pelos manifestantes. A segunda analisa a juventude educada entre precariedade e resistência, focando na dimensão económica das manifestações e como as redes sociais foram utilizadas

para documentar e contestar desigualdades estruturais. A terceira investiga a documentação digital da violência e a transformação do testemunho em resistência, examinando como os registos de repressão policial foram convertidos em instrumentos de mobilização. A quarta secção analisa a trilha sonora da resistência, focando no papel da memória do rapper Azagaia¹ nas redes sociais e a sua importância na articulação do descontentamento.

Este estudo busca contribuir para a compreensão das formas contemporâneas de mobilização social em contextos africanos, particularmente no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais em movimentos de resistência política. A análise das manifestações de Maputo oferece uma oportunidade para examinar como as redes sociais são apropriadas e transformadas em instrumentos de articulação política em contextos marcados por profundas desigualdades sociais. Ao focar nas formas específicas como diferentes plataformas digitais foram utilizadas e articuladas pelos manifestantes, o estudo busca iluminar aspectos importantes das dinâmicas contemporâneas de mobilização social em África.

As Redes Sociais como Espaço de Articulação Política

Conforme apresentado na introdução, as manifestações de Outubro de 2024 em Maputo foram marcadas por uma utilização estratégica das redes sociais. Uma análise detalhada do material digital revela um quadro complexo onde diferentes plataformas foram apropriadas de forma complementar e sofisticada

pelos manifestantes. Cada rede social assumiu funções específicas dentro de uma estratégia mais ampla de resistência, permitindo articular o descontentamento social e coordenar acções de protesto através de múltiplos canais digitais. Esta apropriação diferenciada das plataformas digitais demonstra como os manifestantes desenvolveram uma compreensão aprofundada das potencialidades de cada espaço virtual, transformando-os em instrumentos efectivos de mobilização política.

Entre todas as plataformas digitais, o *WhatsApp* emergiu como a mais crucial para a coordenação táctica imediata durante as manifestações. Grupos públicos funcionavam como verdadeiros centros de comando descentralizados, onde informações sobre movimentações policiais, rotas de fuga e pontos de reagrupamento circulavam em tempo real.

“URGENTE: Policia a caminho da Av. Julius Nyerere. Dispersar em grupos pequenos. NÃO APAGAR esta mensagem, partilhar em outros grupos”

— mensagens como esta, que circulou extensivamente em 23 de Outubro, exemplificam como a plataforma permitia adaptações tácticas rápidas face à repressão.

Além da coordenação imediata de acções nas ruas, o *WhatsApp* serviu como espinha dorsal para organizar redes cruciais de apoio durante os protestos. Grupos específicos coordenavam assistência jurídica para manifestantes detidos, apoio médico para feridos, distribuição de água e máscaras, e documentação sistemática de violações de direitos. Esta capacidade de rapidamente mobilizar diferentes tipos de

suporte revelou-se fundamental para a sustentação dos protestos ao longo do tempo.

Enquanto o *WhatsApp* funcionava como ferramenta táctica, o *Facebook* emergiu como espaço privilegiado para elaboração e disseminação de narrativas políticas mais amplas. Páginas públicas transformaram-se em epicentros digitais do movimento, onde manifestantes não apenas partilhavam informações práticas, mas desenvolviam análises críticas profundas do sistema político. Uma publicação que se tornou viral em 24 de Outubro sintetiza esta função:

“49 anos do mesmo sistema. Cada concurso público já tem dono. Cada bolsa de estudo vai para filhos deles. Cada contracto do Estado tem os mesmos beneficiários. Não é coincidência, é projecto de poder. E hoje dizemos: BASTA!”

A plataforma permitiu que experiências individuais de privação fossem conectadas com críticas estruturais ao sistema vigente. Relatos pessoais de exclusão, de jovens formados sem emprego, de indivíduos sem acesso a serviços básicos eram transformados em evidências de problemas sistémicos. Esta capacidade de traduzir frustrações pessoais em crítica social mais ampla foi crucial para se construir um sentido de causa comum entre diferentes grupos sociais.

O *X*, por sua vez, destacou-se como espaço de análise política mais elaborada e conexão com redes internacionais de solidariedade. Através de *threads*² extensas, manifestantes, especialmente jovens universitários desenvolviam análises detalhadas da situação

política e económica do país. *Hashtags*³ como “#PovoNoPoder”, #Manifestações2024, “#Maputo2024” não apenas agregavam informações sobre protestos, mas construíam narrativas colectivas sobre as raízes do descontentamento social. A plataforma também facilitou conexões importantes com movimentos sociais de outros países africanos, que partilhavam experiências e táticas de resistência.

Complementando estas diferentes formas de comunicação textual, o *Instagram* transformou-se em arquivo visual poderoso das manifestações. *Stories*⁴ em tempo real documentavam desde momentos de concentração pacífica até situações de confronto com forças policiais. Cada fotografia de cartaz, cada vídeo de multidões nas ruas, cada registo de violência policial contribuía para construir uma narrativa visual do movimento que rapidamente circulava além das fronteiras nacionais.

A plataforma mostrou-se particularmente efectiva na documentação de violações de direitos humanos. Vídeos de violência policial rapidamente se tornavam virais, gerando ondas de indignação que alimentavam novos protestos. “*Filmem tudo! Eles têm armas, nós temos telemóveis*”. Esta frase, que se tornou uma palavra de ordem comum entre manifestantes, sintetiza bem como a documentação visual foi transformada em instrumento de resistência.

Um aspecto crucial desta apropriação das redes sociais foi a articulação estratégica entre diferentes plataformas. Quando uma via de comunicação era bloqueada, manifestantes rapidamente migravam para outras

plataformas. Esta flexibilidade táctica foi acompanhada pelo desenvolvimento de protocolos sofisticados de segurança digital. Manifestantes criaram códigos e linguagens específicas para comunicar informações sensíveis, estabeleceram redes de verificação para combater a desinformação. Estas inovações tácticas demonstram como o movimento rapidamente desenvolveu capacidades técnicas e organizacionais significativas.

As redes sociais também foram cruciais para construir e manter redes de solidariedade económica durante os protestos. Mensagens coordenavam boicotes a grandes estabelecimentos e incentivavam apoio a pequenos comerciantes.

“ATENÇÃO: Amanhã ninguém compra nos grandes supermercados. Vamos apoiar as bancas do nosso povo!”

Estetipo de mensagem, que circulou extensivamente, exemplifica como a acção política e solidariedade económica se entrelaçaram através das redes digitais.

O que emerge desta análise é uma compreensão de como as redes sociais foram transformadas em instrumentos sofisticados de resistência política durante as manifestações de Maputo. Cada plataforma assumiu funções específicas dentro de uma estratégia mais ampla de mobilização, permitindo formas de organização política simultaneamente flexíveis e resilientes. Esta apropriação estratégica das redes sociais demonstra como movimentos sociais contemporâneos em África desenvolvem capacidades sofisticadas de utilizar tecnologias digitais para articular diferentes formas de descontentamento e construir acções colectivas efectivas.

A Juventude Educada entre Precariedade e Resistência: Uma Análise Económica

Enquanto cada rede social assumia funções específicas nas manifestações de Maputo, eram os jovens com formação superior que emergiam como os principais articuladores destas plataformas digitais.

A dimensão económica destas manifestações ganhou contornos particulares através das redes sociais.

“Tenho mestrado e vendo na rua para sobreviver. Meus pais investiram tudo na minha educação, acreditando que seria diferente. Mas aqui estou, igual a eles, lutando pelo básico.”

Esta mensagem, que circulou extensivamente nas redes sociais, sintetiza uma condição central na experiência da juventude moçambicana contemporânea: a combinação paradoxal entre elevada qualificação formal e exclusão económica sistemática.

“Somos a primeira geração que tem educação e acesso à internet, mas também somos a geração que não tem emprego nem futuro”,

explicou um jovem manifestante, sintetizando a condição paradoxal que caracterizava esta juventude. Esta frase captura a essência de uma geração que combina formação académica com experiência sistemática de precariedade.

Nas plataformas digitais, especialmente no X, esta juventude desenvolveu análises elaboradas da situação política e económica.

“Minha história é a história de milhares: formada, falo três línguas, tenho especializações... e trabalho em call

center. Enquanto isso, filhos de ministros ocupam cargos sem concurso. É contra esse sistema que lutamos”,

escreveu uma manifestante em uma *thread* que se tornou viral.

A documentação sistemática das desigualdades económicas nas redes sociais transformou experiências individuais de privação em mapeamentos colectivos que evidenciavam padrões estruturais de exclusão.

“MAPA DA DESIGUALDADE: Preço médio aluguel centro: 30.000 MT Salário médio jovem formado: 25.000 MT Custo transporte mensal: 3.000 MT Como sobreviver assim?”

Este tipo de análise demonstra como dados económicos eram transformados em instrumentos de mobilização política.

“Não somos apenas jovens frustrados. Somos uma geração que entende como o sistema funciona e não aceita mais suas justificativas vazias. Cada diploma nas ruas é uma denúncia deste projecto de poder que nos exclui”,

afirmava um manifesto amplamente partilhado em grupos de WhatsApp. As redes sociais permitiram que esta juventude documentasse sistematicamente as contradições que enfrentava.

A tradução desta consciência económica em formas concretas de acção colectiva manifestou-se em propostas de paralisação e boicote:

“PROPOSTA DE PARALISAÇÃO: Boicote total, não vamos trabalhar, não vamos fazer-nos à rua. Só vão ouvir-nos quando os atingirmos.”

Estas mensagens revelam como a compreensão das contradições económicas se traduzia em acções práticas de resistência.

“Quem tem pai ou tio no governo consegue tudo: emprego, bolsas, casa. Nós aqui só servimos para votar?”

Este tipo de comentário, frequente nas discussões *online*, demonstra como experiências pessoais de exclusão eram articuladas em críticas mais amplas às estruturas de poder estabelecidas.

“Não é coincidência. Todo concurso público já tem dono. Todas bolsas de estudo vão para os filhos deles. Cada negócio lucrativo está nas mãos das mesmas famílias há 49 anos”,

publicações como esta demonstram como os manifestantes conectavam as suas experiências de exclusão económica com críticas ao sistema de privilégios.

As redes sociais também serviram para organizar formas concretas de solidariedade económica.

“Cada pessoa deve comprar nas bancas das pessoas desfavorecidas. ATENÇÃO: Sem pedir descontos.”

Este tipo de orientação exemplifica como o movimento desenvolveu táticas específicas de apoio mútuo económico.

A efectividade destas táticas económicas foi documentada nas próprias redes:

“ATUALIZAÇÃO IMPACTOS: Mercado Central praticamente vazio. Grandes supermercados sem movimento. Transportes semicolectivos reduzidos. A cidade está parada de verdade.”

Esta capacidade de afectar fluxos económicos urbanos representa uma manifestação concreta do descontentamento articulado.

O que emerge desta análise é uma compreensão de como uma geração que combina educação formal com

exclusão económica sistemática desenvolveu capacidades sofisticadas de utilizar plataformas digitais para traduzir frustrações individuais em crítica social estruturada. Esta articulação entre formação académica, experiência de precariedade e domínio das redes sociais produziu formas inovadoras de resistência política em Moçambique.

Documentação Digital da Violência: A Transformação do Testemunho em Resistência

A capacidade técnica e organizacional da juventude educada manifestou-se de forma particularmente significativa na documentação sistemática da violência policial durante as manifestações em Maputo. Utilizando os seus telemóveis e conhecimento digital, os manifestantes transformaram cada acto de repressão em evidência documentada, desenvolvendo um sofisticado sistema de registo e disseminação de informações através das redes sociais.

“URGENTE: Polícia dispara gás lacrimogéneo e balas verdadeiras contra manifestantes desarmados. Partilhem! O mundo precisa ver isso!”

mensagens como esta, que circularam extensivamente nas redes sociais, marcavam o início de um processo sistemático de documentação da acção policial durante os protestos.

A circulação intensiva de vídeos mostrando confrontos entre polícia e manifestantes exemplifica como o descontentamento se articulava através do registo sistemático da violência. Uma dimensão significativa desta articulação foi a ênfase no carácter pacífico das manifestações:

“Vejam os vídeos: estávamos cantando, com mãos levantadas. Por que disparam em pessoas desarmadas?”

Esta narrativa, construída através de evidências visuais, circulava constantemente nas redes sociais.

Os manifestantes desenvolveram uma compreensão sofisticada do poder da documentação digital.

“Quando disparam gás, recuamos, mas não dispersamos. Reagrupamo-nos em grupos menores. Documentamos tudo. Eles têm força, nós temos as redes”,

explicava uma mensagem compartilhada em grupos de WhatsApp. Esta tática de documentação sistemática transformava cada acto de repressão em evidência que rapidamente circulava pelas redes, alimentando novos ciclos de mobilização.

As plataformas digitais também funcionaram como espaços de articulação entre o local e o global.

“ALERTA MUNDO: Forças policiais moçambicanas disparam contra manifestantes pacíficos. Vídeos anexados mostram uso desproporcional da força. Pedimos atenção da comunidade internacional”,

publicações como esta demonstram como os manifestantes buscavam amplificar o alcance de sua documentação para além das fronteiras nacionais.

A capacidade de transformar cada acto de repressão em evidência mobilizadora alterou fundamentalmente a dinâmica entre Estado e manifestantes.

“Vamos filmar todas essas coisas que esses polícias andam a fazer-nos, vamos mostrar ao mundo as barbaridades de que somos vítimas”,

esta mensagem, compartilhada em grupos de WhatsApp, revela como a documentação digital se tornou uma ferramenta central de resistência.

O legado destas práticas, materializado em milhares de registos digitais, não apenas documenta um momento histórico, mas estabelece novos parâmetros para a articulação entre repressão e resistência no contexto moçambicano. A documentação sistemática da violência policial através das redes sociais emerge assim como elemento central desta nova forma de resistência política, onde cada acto de repressão é transformado em evidência que alimenta novos ciclos de mobilização.

Trilha Sonora da Resistência: Azagaia e a Memória nas Redes Sociais

Se a documentação digital da violência policial forneceu evidências visuais da repressão, foi através da memória do *rapper* Azagaia que os manifestantes encontraram uma linguagem comum para articular o seu descontentamento. Falecido em 2023, Azagaia emergiu nas manifestações de 2024 como uma referência cultural que permitiu conectar diferentes momentos históricos de resistência, transformando registos de violência em narrativas mais amplas de luta social.

“Azagaia disse: Povo no poder! E hoje gritamos as mesmas palavras. Ele viu o que estava por vir. Como ele, não nos calamos”,

esta mensagem, que circulou extensivamente nas redes sociais, demonstra como sua memória foi mobilizada como instrumento de resistência.

As redes sociais transformaram-se em espaços onde as músicas de Azagaia ganhavam novos significados no contexto das manifestações.

“CANTAMOS COM AZAGAIA: ‘As mentiras das verdades já não colam, O povo já não é alienado’. Nossa luta é continuação da dele”,

mensagens como esta circulavam constantemente no X, conectando lutas presentes com memórias de resistência.

A letra

“O povo no poder, não é slogan/É guerra civil sem armas, propaganda contra censura/Contra ditadura...”,

frequentemente entoada durante as manifestações e compartilhada em redes sociais, exemplifica como referências musicais eram mobilizadas para articular o descontentamento. A metáfora da “guerra civil sem armas” era constantemente citada para enfatizar o carácter pacífico, mas determinado dos protestos.

Durante as manifestações, as músicas de Azagaia não eram apenas trilha sonora, mas forneciam um vocabulário político específico para articular o descontentamento. As suas letras, que frequentemente partiam de situações quotidianas para desenvolver análises mais amplas do sistema político e social, eram estrategicamente mobilizadas pelos manifestantes.

O repertório musical de Azagaia revelou-se particularmente eficaz na articulação do descontentamento por sua capacidade de conectar experiências pessoais com críticas estruturais. Através de sua figura, o descontentamento encontrou não apenas expressão cultural, mas articulação política efectiva,

permitindo que diferentes gerações articulassem as suas formas específicas de descontentamento.

Esta manifestação particular do descontentamento articulado, onde memória cultural e mobilização política se entrelaçaram, exemplifica como os movimentos sociais contemporâneos em Moçambique desenvolvem capacidades sofisticadas de articular diferentes registos de resistência em uma narrativa coerente de transformação social. Através da figura de Azagaia, o descontentamento encontrou não apenas expressão cultural, mas articulação política efectiva.

Conclusão

A análise das manifestações em Maputo em Outubro de 2024 revela como diferentes plataformas digitais foram transformadas em instrumentos sofisticados de resistência política. O movimento desenvolveu uma apropriação estratégica das redes sociais, onde cada plataforma assumiu funções específicas dentro de um quadro mais amplo de mobilização:

- o *WhatsApp* emergiu como ferramenta crucial para coordenação táctica imediata,
- o *Facebook* como espaço de elaboração de narrativas políticas,
- o *X* como ambiente de análise política elaborada,
- e o *Instagram* como arquivo visual poderoso dos protestos.

Esta utilização estratégica das redes sociais foi particularmente significativa na articulação do descontentamento de uma juventude educada que vive a contradição entre formação académica e exclusão económica sistemática.

A documentação sistemática da violência policial através das redes

sociais emergiu como elemento central desta nova forma de resistência. Cada acto de repressão era rapidamente transformado em evidência que circulava digitalmente, alimentando novos ciclos de mobilização.

A dimensão cultural do movimento, particularmente através da figura do *rapper* Azagaia, permitiu articular diferentes temporalidades de resistência. As suas músicas forneceram não apenas uma trilha sonora para os protestos, mas um vocabulário político que conectava experiências pessoais com críticas estruturais ao sistema vigente.

O que emerge desta análise é uma compreensão de como movimentos sociais contemporâneos em Moçambique desenvolvem capacidades sofisticadas de utilizar tecnologias digitais para articular diferentes formas de descontentamento. A juventude educada demonstrou particular habilidade em transformar experiências individuais de privação em críticas estruturais ao sistema, desenvolver tácticas adaptativas de resistência, e construir redes efectivas de solidariedade.

Esta apropriação estratégica das redes sociais produziu formas de organização política simultaneamente flexíveis e resilientes. Quando uma via de comunicação era bloqueada, os manifestantes rapidamente migravam para outras plataformas. Quando a repressão se intensificava, novas tácticas eram desenvolvidas. Esta capacidade de adaptação, combinada com protocolos sofisticados de segurança digital e de redes de solidariedade económica, demonstra como o movimento desenvolveu significativas capacidades técnicas e organizacionais.

As manifestações de Maputo em 2024 representam, assim, um momento singular onde tecnologias globais foram apropriadas para servir lutas locais por transformação social. Através das redes sociais, diferentes formas de descontentamento económico, político, social e cultural foram articuladas em um projecto coerente de resistência, demonstrando como movimentos sociais contemporâneos em África desenvolvem formas inovadoras de mobilização política.

Referências Bibliográficas

- Comaroff, Jean & John, 2012, *Theory from the South: Or, how Euro-America is Evolving Toward Africa*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Honwana, Alcinda, 2013, *The Time of Youth: Work, Social Change, and Politics in Africa*. Sterling: Kumarian Press.
- Miller, Daniel, 2016, *Social Media in an English Village*. London: UCL Press.

Notas

1. Azagaia, cujo nome verdadeiro é Edson da Luz, foi um renomado cantor de hip-hop moçambicano. Azagaia ganhou destaque por suas músicas de intervenção social, que abordavam questões políticas e sociais do país
2. Um thread é uma sequência de publicações conectadas que permite ao usuário compartilhar informações ou ideias de forma mais longa e detalhada, já que cada publicação individual no X tem um limite de caracteres (atualmente 280 caracteres por publicação)
3. Hashtags são palavras ou frases precedidas pelo símbolo #, usadas nas redes para categorizar conteúdos e facilitar a busca por temas específicos.
4. Stories são publicações efémeras nas redes sociais que desaparecem automaticamente após 24 horas.

Navegando a efervescência política e intelectual pós-eleitoral em Moçambique: A experiência de uma antropóloga feminista

Sumário:

Este artigo oferece o olhar de uma antropóloga feminista sobre a onda de contestação popular e de efervescência política e intelectual em Moçambique desencadeada pelas eleições presidenciais e legislativas de 09 de Outubro de 2024.

Vinhetas etnográficas

No dia 09 de Outubro de 2024, logo após ter votado, tive uma conversa por WhatsApp com a Ominira,¹ uma grande amiga e uma das pessoas mais politicamente conscientes e activas que conheço, tendo estado envolvida em diversas acções de defesa dos direitos humanos ao longo dos seus 47 anos de vida. Quando lhe disse que voltava da votação, ela respondeu que pela primeira vez estava cansada de votar para ter o direito de reclamar e da reclamação em si; por isso, tinha decidido abster-se. A desesperança levou consigo até a vontade de reclamar. Por isso, votar já não fazia sentido. A sua mensagem terminou com a seguinte frase: “quando for para ir à revolução eu vou inscrever-me!” Em resposta, confessei que estava como ela, mas que tinha sido arrastada por pessoas que ainda julgavam importante votar.

Não demorou muito para ela sair do estado de desesperança em que se encontrava. Foi logo na primeira onda de protestos, após a resposta violenta da polícia quando algumas pessoas saíram à rua, no dia 21 de Outubro, para repudiar o assassinato de Elvino Dias, Paulo Guambe e o baleamento da mulher que os acompanhava e demandar verdade eleitoral. Nesse dia, o

Kátia Taela

Pesquisadora e Consultora
Independente
Maputo Moçambique

foco das nossas conversas mudou e passou a concentrar-se na situação pós-eleitoral. No dia 23 de Outubro, enquanto comentávamos sobre a crescente contestação popular, a minha amiga disse-me que ponderava ir à rua e juntar-se ao que ela chamou de “barulho” e “despertar” da juventude, que estava a lutar pelos seus direitos. “A juventude deu conta de que ninguém os irá salvar a não ser ela própria (...) é agora ou nunca, a temperatura está boa para a mudança”, afirmou ela.

Uns dias depois, mostrou interesse em juntar-se as manifestações. No dia 5 de Novembro participou na greve do pessoal de saúde. Depois disso participou de outras manifestações. Quando conversámos sobre a sua participação nas manifestações disse-me várias vezes não ia à rua para demandar verdade eleitoral. Ia pelas questões sócio económicas e de direitos humanos elencadas por Venâncio Mondlane e também tinham mobilizado outras pessoas. Não era acerca de Venâncio Mondlane, até porque se sentia desconfortável com as referências a Deus nas lives de Venâncio Mon-

dlane num contexto em que o Estado é laico. Ela assustou-se quando, na live do dia 6 de Novembro, Venâncio Mondlane deu os parabéns a Donald Trump, um político de direita, pela sua reeleição.

No dia 7 de Novembro, quando um grupo de manifestantes se refugiou no rés-do-chão do meu prédio fugindo da polícia que lançava gás lacrimogénico, conheci a Fábia,² uma mulher de 42 anos de idade. Ela fazia parte de um grupo de pessoas, oriundas de diferentes partes da Cidade e Província de Maputo, que tinham vindo ao centro da cidade determinados a chegar a Ponta Vermelha. Assisti, da minha varanda, quando esse grupo de manifestantes passou pela minha rua. Fiquei atónita ao ver Fábia, vestida de calças pretas e camisa cor de vinho (como se estivesse a ir ou sair do trabalho) ali no meio do(as) manifestantes. Inicialmente, pensei que era mera coincidência ela estar a passar na rua ao mesmo tempo que o(as) manifestantes, sobretudo homens jovens, e também algumas mulheres. Quando observei atentamente, percebi que ela estava com eles e que estava à frente daquele grupo, como que a liderá-lo(as).

Assisti quando a polícia primeiro lançou gás lacrimogénico para o meio da rua e, depois, na direcção

do meu prédio quando o(as) manifestantes se esconderam na entrada do mesmo. Nesse momento, desci com garrafas de água e comida para oferecer aos manifestantes, entre os quais estava Fábia. Fábia e uma sobrinha vinham da zona da Mozal, a cerca de 23km do centro da cidade de Maputo. Tinham feito o caminho até à portagem de Maputo de Yango,³ de lá tinham caminhado cerca de 9 km a pé até ao centro da cidade. Para Fábia, o motorista “não era suficientemente corajoso” para vir até ao centro da cidade naquele dia. Elas tinham saído de casa sozinhas, às 7hrs da manhã. Ela disse-me: “o Venâncio precisa do povo”. Elas não conheciam nenhuma das pessoas que, como elas, tentavam chegar à Ponta Vermelha naquele dia.

Quando a polícia se retirou e o efeito do gás se desvaneceu, Fábia, a sobrinha e outros/as manifestantes saíram do prédio, agradeceram o apoio e despediram-se. Perguntei para onde iam a seguir. Ela respondeu-me:

Nós vamos voltar para a Eduardo Mondlane [de onde vinham]. Porque a ideia era de nós irmos para a Joaquim Chissano, mas eles [a polícia] não estão a deixar passar. Porque queremos também chegar daquele lado da...como é que é? Eu não conheço bem... próximo à Casa Branca [referia-se à Ponta Vermelha] ... a presidência ... também não estão a deixar passar. Eles estão a atirar mesmo ... mas nós somos corajosas!

Dei-lhes o meu número de telefone para que me ligassem se precisassem, e pedi que me avisassem quando chegassem à casa. Uns dias depois, Fábia explicou-me porque tinha ido à rua.

“Nunca entrei na política nem nunca votei. O meu tio perguntou-me: em quem vais votar?

Eu respondi: No dia que melhorarem a saúde, a educação e a nossa segurança hei-de votar. Pela primeira vez na minha vida, eu me arrependi de não ter votado. Venâncio é inteligente, é incrível! – questionei-me sobre esse jovem, acho que não teve adolescência, só ficava com os livros. Ele foi muito bem preparado. Ele está pronto para ser um Presidente da República, carismático (tem presença, sabe falar e estar), temente a Deus. Está a ver o Nyusi? Se ele é burro, o que vai ser de nós? Fazer-nos acreditar que nós somos pobres, enquanto não somos. (...) Só posso compensar dessa maneira [manifestando].”

Quando me convidaram a escrever este artigo, foi-me sugerido que reflectisse sobre como se sente uma intelectual perante a situação pós-eleitoral em Moçambique e em que medida a antropologia ajuda a entender o que se passa.

Como antropóloga feminista e activista tenho-me envolvido e teorizado sobre protestos.⁴ As duas vinhetas acima foram produzidas com base em várias interações face-a-face e digitais que tive com Ominira e Fábia, com momentos de observação participante e diferentes níveis de engajamento emocional da minha parte.

As vinhetas oferecem apenas um olhar (etnográfico), através de histórias pessoais que podem ser vistas como peças de um puzzle – a contestação popular pós-eleitoral – e fazem parte de uma realidade complexa e multifacetada. Elas ilustram uma dimensão importante da contestação popular pós-eleitoral, i.e., a experiência vivida (neste caso, por duas mulheres, de meia-idade, não-votantes) e os significados subjectivos que elas atribuem à sua acção. Neste texto, estas vinhetas etnográficas visam ilustrar

o que informa o meu olhar e posicionamento como intelectual. Estas histórias foram escolhidas, entre muitas outras sobre a contestação popular, apenas por conveniência; podiam ter sido sobre o envolvimento de votantes nos protestos de rua ou sobre grupos que se mobilizaram em oposição aos protestos.

Neste artigo, respondo ao desafio que me foi colocado considerando três elementos:

- (i) a minha identidade como antropóloga feminista activista – tal é relevante para compreender como me sinto e porquê julgo que a sensibilidade etnográfica⁵ pode ajudar a compreender melhor o momento actual;
- (ii) a minha participação num grupo de reflexão,⁶ constituído por intelectuais e académicos que lançou um apelo – conhecido como o Manifesto Cidadão – para repensar Moçambique através de uma conferência nacional e;
- (iii) a onda de ataques aos intelectuais e académicos devido ao seu posicionamento (ou falta dele), em relação à actual situação política. Aqui discuto sobre responsabilidade e liberdade intelectual e académica, hierarquias de conhecimento e disputas de legitimidade que têm marcado os debates sobre a crise pós-eleitoral, socorrendo-me das contribuições analíticas e metodológicas do campo da antropologia feminista, sobre objetividade/subjetividade, posicionalidade, emoções e reflexividade.

Tomei, como ponto de partida, processos nos quais estou envolvida por dois motivos. Para elucidar sobre o lugar da imersão na produção de conhecimento antropológico e para exercer reflexividade sobre o meu envolvimento. Procurei fazê-lo sem expor ninguém. Não via outra forma de reflectir sobre como

uma intelectual se sente neste momento, sem olhar para o grupo de reflexão, pois este é um dos espaços que, neste momento, mais me desafia como intelectual.

Escrever este artigo é um acto de cidadania⁷ ou – nas palavras do antropólogo político moçambicano Rafael da Conceição – de “reivindicação de cidadania”.⁸ Entendo como parte do processo de constituição de mim própria como sujeita política, através da reivindicação do meu direito à liberdade intelectual e académica. Escrevo o artigo menos de um mês após o auge da contestação popular e da efervescência política e intelectual que marcaram a situação pós-eleitoral. O olhar e a vivência feminista permitem-me reconhecer o lugar e valor intelectual da emoção na minha relação com e leitura sobre o político. Por isso, trago para este texto as emoções, sensibilidade e contradições da minha intelectualidade.

Quem Sou Eu?

Mulher de meia-idade, nascida na Cidade de Maputo, antropóloga feminista, consultora, e pesquisadora independente. A maioria da minha actividade de pesquisa foi desenvolvida fora da universidade, no âmbito de consultorias encomendadas por programas de cooperação para o desenvolvimento. Contudo, nos últimos 10 anos trabalhei como consultora em projectos internacionais de investigação envolvendo uma universidade do Reino Unido, onde fiz o meu mestrado e doutoramento, em estudos de género e estudos de desenvolvimento, respectivamente.

A minha identidade como antropóloga feminista foi se construindo trabalhando como consultora na área dos direitos humanos das mulheres e governação; pesquisando sobre as relações entre sociedade e

estado, com enfoque na sociedade civil (des)organizada e nas formas que cidadã(os) utilizam para aceder às autoridades e instituições públicas, canalizar os seus problemas e articular o seu (des) contentamento.

Faço parte daqueles(as) que beneficiaram do espaço criado pela indústria da ajuda para a prática profissional antropológica.⁹ Como consultora, tenho tido oportunidade de chegar a lugares da vida quotidiana das pessoas e ter prolongadas conversas com cidadã(os) comuns, funcionários(as) públicos e activistas, indo e vindo várias vezes, que doutra forma não teria sido possível. O meu trabalho pode também ser visto como parte da antropologia feminista activista.¹⁰ Entendo o(s) feminismo(s) como projectos intelectuais e políticos, pois as teorias e práticas feministas articulam críticas às desigualdades sociais e imaginam sociedades mais justas e equitativas. A antropologia feminista activista mobiliza o valor político de insights etnográficos para compreender e transformar a realidade, i.e., perseguir futuros mais justos.

Já leccionei na universidade, participei no desenho de um doutoramento em estudos de desenvolvimento e publiquei em jornais académicos, mas situo-me à margem da academia. O objectivo desta descrição não é apresentar as minhas credenciais, mas mostrar a minha relação com a universidade e com a academia e explicar em que espaços vem sendo configurado o meu olhar sobre a política e o político em Moçambique, incluindo sobre a presente crise pós-eleitoral. Especificamente, visa destacar a centralidade das teorizações feministas – sobre a mulher como sujeito e agente nos fenómenos estudados, sejam eles referentes ao espaço privado ou público – e da

etnografia como lentes analíticas e metodológicas. Aqui, vale a pena ressaltar dois aspectos. O primeiro é o interesse partilhado da antropologia e do(s) feminismo(s) nas relações de poder, na experiência vivida e partilhada (incluindo o lugar da emoção), na subjectividade (significados atribuídos pelas próprias pessoas), e na diferença (o Outro). O segundo é que o objecto da antropologia feminista não é apenas a mulher ou as relações de género, tratadas como uma área segregada, à margem da disciplina, mas sim como um elemento central das análises sobre fenómenos socioculturais, económicos e políticos.

O Grupo de Reflexão

Em Agosto de 2023 fui convidada a integrar um grupo de reflexão constituído por intelectuais moçambicanos e moçambicanas, a maioria renomados profissionais e académicos e regulares comentadores políticos na mídia online e offline. Acredito que fui convidada pelas minhas posições, opiniões e pensamento como antropóloga e feminista, mas penso que a necessidade de ter mulheres no grupo também deve ter jogado algum papel. Aceitei fazer parte do grupo porque sentia necessidade de ampliar os espaços de debate nos quais estava envolvida e de pensar sobre o país de forma mais sistemática como parte de um colectivo.

O grupo é maioritariamente constituído por homens de meia-idade, a maioria mais velhos do que eu; também dele fazem parte mais duas mulheres – uma mais velha do que eu e outra mais nova. No início, havia mais uma mulher jovem, mas por motivos que desconheço, acabou retirando-se do grupo. Actualmente somos 13 membros – 3 mulheres e 10 homens. O grupo é heterogéneo em termos de sensibi-

lidade política, relação com o partido no poder, com o Estado, e com a academia. Cada um(a) de nós faz parte de múltiplas redes nacionais e internacionais e alguns já viveram e/ou vivem fora do país.

As nossas interações são sobretudo via um grupo de WhatsApp; quando há necessidade realizamos reuniões online. O grupo tem debates acesos sobre diversos temas e há respeito para cada um(a) articular o seu pensamento, por mais controverso que seja. As conversas mostram a diversidade de perspectivas que possuímos, assim como, o compromisso de continuar a dialogar e nos mantermos unidos apesar das diferenças, por vezes abismais, na nossa leitura da realidade, particularmente sobre a relação entre sociedade e o estado. Porém, sinto falta nos nossos debates, de análises que considerem os significados sociais e os entendimentos subjectivos que os(as) cidadã(os) atribuem aos conceitos políticos. Entendo que as representações políticas mais subjectivas do mundo possuem valor epistémico, são essenciais no estudo do poder e podem ajudar a desafiar estereótipos sobre os actores políticos, suas experiências e perspectivas. Gostaria de ter no grupo mais antropólogos e cientistas políticos dedicados a etnografia política.

Os homens são os mais vocais nos debates do grupo (o que não é muito difícil considerando que apenas existem 3 mulheres no grupo) e, geralmente, escrevem longas mensagens para defender o seu ponto de vista. Apesar de considerar esses debates extremamente importantes, no geral, participo menos neles. Contribuo mais na reflexão sobre os processos que o grupo se propôs desencadear, incluindo nos documentos que produz. Reflectindo sobre a natureza do meu engaja-

mento, constato que os debates me cansam. Não porque o(as) colegas sejam maçadores(as) ou o debate irrelevante, apenas porque são formas muito diferentes de ver as coisas e discutir os assuntos. O que faz com que precise de mais tempo e energia mental e emocional para explicar o meu ponto de vista.

Tenho maior pré-disposição para debater noutros espaços onde me sinto mais segura – quer porque me identifico mais com as questões em debate; quer porque conheço melhor as pessoas com quem estou a debater e consigo situar melhor os seus pontos de vista e dialogar com ele(as). Pode-se argumentar que o que está em questão são ideias e não pessoas. Concordo parcialmente. Quando sei mais sobre as pessoas me sinto mais à vontade com elas e percebo melhor os seus pontos de vista. Quando falo de “espaço seguro”, uma noção muito querida às feministas, refiro-me a segurança intelectual e emocional para articular as minhas próprias emoções, dilemas e contradições, naquele espaço (mais no WhatsApp do que nas reuniões do grupo), considerando o intimidante contexto polarizado em que vivemos. Talvez, por isso, tenha iniciado este artigo explicitando as minhas inclinações analíticas, metodológicas e políticas e o compromisso com certas formas de poder (ex. via engajamento cívico).

Apesar do grupo ter iniciado a sua actuação em meados de 2023, as interações entre o(as) membro(as) intensificaram-se cerca de um ano depois, altura em que concordámos sobre a necessidade urgente de finalizarmos um apelo “à necessidade de (re)fazermos Moçambique como um país seguro para a cidadania” através de uma reflexão séria sobre “o nosso sistema político para que ele encoraje,

facilite, e proteja o exercício da cidadania”. O apelo identifica alguns pontos para reflexão – separação de poderes; poderes presidenciais; justiça eleitoral; participação e inclusão política; descentralização e autonomia regional e local; liberdade de imprensa e liberdade académica; dependência do auxílio externo; reconciliação nacional; serviço público.

O significado de alguns destes pontos foi alvo de controvérsia no seio do grupo revelando a diversidade de interpretações e visões existentes no próprio grupo. Contudo, havia acordo que o apelo não era o espaço para emitirmos a nossa opinião sobre eles, mas um convite para uma discussão mais ampla. O apelo exorta os vencedores do pleito eleitoral a comprometerem-se com a “realização duma Conferência Nacional que una todas as sensibilidades políticas” para uma reflexão colectiva em torno da agenda política proposta, mas não avança com nenhum detalhe sobre como este objectivo seria operacionalizado.

A ideia inicial era lançar o apelo numa conferência de imprensa presencial, mas tal tornou-se inviável. Os protestos de rua afectaram a mobilidade das pessoas e as restrições de, para controlar as manifestações, inviabilizaram a possibilidade de uma conferência de imprensa virtual. Surgiu então a ideia de produção de um vídeo para ser circulado via redes sociais. Quem devia assinar o apelo e/ou participar no vídeo? Quantas mais pessoas aparecessem a “aprovar a mensagem” melhor. Também era importante ter mulheres, sobretudo no vídeo. Senti-me desafiada. Apesar de fazer parte do grupo, não sentia necessidade de aparecer. Aliás, preferia mesmo não aparecer.

Contudo, entendia que era um processo importante, com o qual me identificava, sobretudo com a metodologia proposta para a operacionalização da conferência nacional que foi, mais tarde, tornada pública – conselhos de cidadã(os) – devido à sua abordagem *bottom-up*. Julgo importante trazer uma diversidade de perspectivas, experiências e pontos de vista da(os) cidadã(os) para os processos de tomada de decisões e já colaborarei com iniciativas de promoção da participação cidadã, que visavam, entre outros, fortalecer a relação de prestação de contas entre autoridades públicas e a(os) cidadã(ões).¹¹

Senti-me também compelida devido ao meu compromisso político com a igualdade de género e os direitos das mulheres. Já éramos poucas mulheres no grupo, não podia permitir que os documentos produzidos pelo grupo tivessem apenas os nomes e rostos de homens. Uma mensagem de um dos membros do grupo dirigida a todos(as), convenceu-me por completo. “Seria bom que quebrássemos com o hábito nacional de não assumirmos frontalmente os papéis que desempenhamos... esta seria uma boa oportunidade para fazermos isso” – estas palavras chegaram num momento em que sentia uma grande frustração com a situação política do país e ficaram gravadas em mim. Sentia que não podia apenas agir na sombra: isso fazia parecer, aos meus próprios olhos, que estava em silêncio. A situação na qual o país tinha degenerado exigia uma acção pública da minha parte, era uma responsabilidade intelectual e cívica.

O apelo foi lançado no dia 06 de Novembro acompanhado de um curto vídeo (no qual eu apareço), intitulado “Manifesto Cidadão” e de um convite a assinaturas. Foi

numa das semanas mais tensas da crise pós-eleitoral, um dia antes da “grande marcha” convocada por Venâncio Mondlane, no âmbito da quarta fase de manifestações. Havia, no seio do grupo, o receio que o nosso texto inflamasse os ânimos polarizados e pensou-se até em adiar o lançamento do apelo por alguns dias. Por outro lado, o grupo sentia que o apelo era um convite necessário e urgente à moderação, diálogo e serenidade, que o documento não tocava na questão do contencioso eleitoral e que tinha como horizonte um futuro para além do momento pós-eleitoral.

As reacções ao apelo e ao vídeo não tardaram a chegar dos mais diversos lugares. Desde os guardas do meu prédio (que tinham visto um recorte de vídeo, quando passou no telejornal de um canal televisivo local) até a colegas do meu grupo de dança. De repente, me senti como se fosse uma celebridade e não gostei da exposição. Os(As) colegas do grupo de reflexão também foram abordados e partilhamos uns com os outros as reacções que tínhamos recebido. As reacções eram sobre o conteúdo do apelo (se era ou não uma boa ideia) e sobre as identidades (presumivelmente frelimistas e oriundas do sul de Moçambique) de quem o tinha feito.

No geral, as pessoas eram favoráveis à realização de uma conferência nacional, a questão era para quando. Se o momento era o mais adequado para tal ou se havia coisas mais urgentes por resolver. Algumas pessoas entendiam que uma conferência nacional poderia servir de plataforma para mediar a crise pós-eleitoral e, por isso, era urgente. Outras pessoas achavam que a proposta de conferência nacional era uma iniciativa para distrair da crise eleitoral e foram bastante crí-

ticas do facto de nos termos calado em relação ao que percebiam como necessidade de esclarecimento da verdade eleitoral. Por isso, defendiam que a conferência era um assunto para ser pensado após a “marcha à presidência”. Por exemplo, num grupo do qual faço parte vi a seguinte reacção “primeiro Nyusi sai e depois vamos à conferência, aonde estavam esses todos os dias atrás?” seguida de um emoji de um palhaço.

As feministas e activistas de direitos humanos também reagiram. Uma amiga feminista achou que a música do vídeo era fatalista. A maioria dos comentários que recebi directamente de diferentes mulheres eram sobre representação e posicionamentos das mulheres, tais como, “bom ver-te trazendo a voz das mulheres”, “estava já meio afiada em busca das mulheres”, “celebro-lhe por ter-nos representado na produção do Manifesto Cidadão”. Estes comentários fazem parte de uma discussão crítica sobre os silêncios das organizações dos direitos humanos das mulheres e feministas acerca da situação política e contestação popular e sobre o significado de ser activista social ou política. Várias pessoas se questionavam, nos grupos de WhatsApp dos quais faço parte, sobre porquê ainda não tinha havido um posicionamento do “movimento feminista” quando outros grupos já se tinham posicionado.

Preciso esclarecer que ao participar no grupo de reflexão não tinha a pretensão de representar ninguém, até porque não tenho legitimidade nenhuma para tal. Senti-me lisonjeada pelo apoio que recebi. Isso encorajou-me a continuar no grupo de reflexão e a participar de tentativas de articulação de posicionamentos públicos comuns sobre a situação política

do país, com grupos constituídos por organizações feministas e dos direitos das mulheres. Algumas dessas tentativas foram bem-sucedidas. Por exemplo, em relação à violência policial contra mulheres específicas, após imagens delas sofrendo violência policial viralizarem nas redes sociais.

Três reacções ao Manifesto Cidadão afectaram-me profundamente. A primeira foram os pronunciamentos de Venâncio Mondlane sobre o grupo de reflexão (a quem ele via como parte da elite intelectual que se distancia das manifestações por ele convocadas) e sobre o apelo. Ingenuamente, tinha assumido que ele veria a iniciativa com bons olhos, pois, o apelo chama a atenção para algumas questões das quais ele vem falando desde a campanha eleitoral e que estão tratadas no seu manifesto eleitoral.

A segunda foi uns dias depois ao assistir a uma webinar do jornalista Joseph Hanlon,¹² onde o ouvi afirmar “um grupo de intelectuais pró-Frelimo convocou uma conferência nacional”. Senti-me pessoalmente ofendida porque não pertença a nenhum partido político nem tenho nenhuma ligação com o partido Frelimo. Tal como muita gente, este jornalista tinha assumido que se num grupo havia intelectuais pró-Frelimo, logo, todos(as) outro(as) também deveriam sê-lo.

A terceira reacção, e talvez a mais significativa, foi de um(a) mentor(a) por quem tenho elevada estima, algumas semanas depois. Dei-me conta que ao contrário de outras pessoas próximas, que me tinham telefonado e escrito a dar os parabéns pelo apelo, ela não me tinha dito nada. Aliás, tinha evitado falar comigo. Quando finalmente falamos e o assunto do apelo surgiu na conversa, criticou a minha

associação ao grupo de reflexão. Entre as várias coisas que me disse, uma me marcou profundamente: que este era o momento de estar junto da minha família intelectual, com quem comungo da mesma visão do mundo e leitura da situação pós-eleitoral.

Ao juntar-me ao grupo não estava preparada para como este tipo de mal-entendido e reacções me poderiam afectar. Sempre acreditei na importância de construir pontes que me permitam transitar entre espaços e debates polarizados, de modo a adquirir perspectivas mais holísticas dos fenómenos analisados. Dei-me conta dos desafios da minha inserção em espaços de debate, percebidos como antagónicos. Contudo, entendo que a polémica reside em algo maior do que eu, i.e., tem a ver precisamente com a cultura política que o apelo denuncia: a suspeita do diferente e a tendência para o diálogo apenas com quem pensa como nós. Tem também a ver com responsabilidade e liberdade intelectual.

Hierarquias de conhecimento, responsabilidade e liberdade intelectual e académica

A contestação popular pós-eleitoral desencadeou efervescência política e intelectual. Nunca tinha testemunhado tanto debate público redes sociais sobre política e políticas públicas, engajamento (não) cívico e relação entre partidos, estado e sociedade. Mas o mais interessante deste momento não são apenas os temas em debate, mas quem os debate e as premissas do debate. A efervescência veio acompanhada de uma demanda significativa por comentários políticos e propostas de soluções por parte de intelectuais e académicos, levantando questões importantes sobre responsabilidade e liberdade intelectual e

académica. A posicionalidade e o posicionamento dos intelectuais e académicos – suas identidades, localização no mapa das divisões sociais, e a confluência de múltiplas fontes de poder e privilégio a nível individual – tornaram-se também temas de debate.

As(Os) intelectuais e académicos (incluindo o grupo de reflexão do qual faço parte) salvo algumas excepções, foram associados(as) ao partido no Poder, representando-os(as) como “meninos de recado da Frelimo”, “vaidosos e ambiciosos”, “silenciosos”, acusando-os(as) de saberem muito e fazerem pouco, ou de estarem desalinhados com a “vontade popular de mudança” e de estarem contra os protestos de rua. Essas representações/imagens fazem parte de uma onda de ataques (alguns bem fundados) aos intelectuais. A questão é que a maioria dos ataques são baseados em generalizações, usadas como recurso para fazer argumentos colarem e que negligenciam situações que os falseiem. Generaliza-se tantos sobre os intelectuais, como sobre quem está na rua (“vândalos” e “analfabetos”). Ironicamente, muitos dos ataques que li contra os(as) intelectuais e académico(as) tratavam quem estava na rua como os “Outros”, distintos de si próprios – emissor(as) dos ataques.

O que muitos podem interpretar como anti-intelectualismo ou ridicularização do(as) académico(as) e intelectuais,¹³ na verdade, representa também um questionamento das hierarquias de conhecimento. Tais hierarquias geralmente conferem maior valor epistémico às palavras de um(a) intelectual ou académico(a) do que a um(a) cidadã(o) comum. Segundo Jordan,¹⁴ alguns sistemas de conhecimento são legitimados ou porque explicam melhor o estado do mundo

para o propósito em questão (eficácia) ou porque estão associados a uma base de poder mais forte (superioridade estrutural), e geralmente ambos. Não se trata de quão ‘correcto é o conhecimento’, mas sim que ele conte. Assim, diferentes conhecimentos recebem diferentes graus de autoridade. Para Nieuwsma¹⁵ hierarquias de conhecimento são estruturas de autoridade que categorizam diversos domínios de conhecimento hierarquicamente. Nos olhares sobre a actual contestação popular em Moçambique, o(as) académico(as), muitas vezes, são vistos como detentore(as) de um conhecimento superior, enquanto as percepções e experiências do(as) não académico(as) tendem a ser desvalorizadas.¹⁶

A forma como Nieuwsma¹⁷ define hierarquias de conhecimento centra-se na ideia de expertise como conhecimento especializado e uma actividade social que combina autoridade e conhecimento. A ideia de expertise é explorada por muitos intelectuais e académicos (e por quem procura as suas análises) propalando, tanto os que pensam sobre si mesmos(as) quanto as suas atitudes e preconceitos em relação aos outro(as), sob uma capa de objectividade e neutralidade. Essas atitudes e preconceitos, em relação aos outros, se reflectem tanto na forma como tentamos explicar a experiência dos outros como na maneira como decidimos com quem podemos dialogar.

O actual nível de efervescência e debate político é tal que pessoas comuns estão atento(as), a participar activamente desses debates, via redes sociais, com a informação (muitas vezes parcial e fragmentada) ao seu dispor e a partilhar com quem (não) queira conhecer as suas leituras sobre a situação, incluindo sobre os co-

mentários do(as) intelectuais e académico (as). Ao fazê-lo lembram-nos de algo que os(as) antropólogos(as) aprenderam a respeitar que é que o Outro também tem os seus imaginários e nos representa. Ou seja, também cria imagens e histórias para explicar a nossa (intelectuais e académicos) experiência.

A controvérsia em torno dos(as) intelectuais e académico(as) revela a importância da responsabilidade e liberdade intelectual e académica, e de reflexão crítica sobre que conhecimento conta, para quê, e para quem. Este é um momento oportuno para desenvolvermos reflexividade e questionarmos hierarquias de conhecimento que perpetuam desigualdades epistémicas. Considero que este é um imperativo do processo de (re)pensar Moçambique. Este é um convite para que todo(as) nós, como sociedade, independentemente do nosso lugar nas hierarquias de conhecimento, reflectamos sobre o papel do conhecimento e da experiência (vida e pensada) na construção de um futuro mais justo e equitativo. Precisamos ser mais transparentes e explicar quem somos e o que nos (dis)conecta dos assuntos sobre os quais nos posicionamos como especialistas. Até porque, a maioria das vezes fazemo-lo como especialistas e não como cidadã(os).

Conclusão

Neste artigo reflecti sobre os meus compromissos éticos subjectivos, dilemas e lentes como antropóloga feminista e activista interessada na forma como as pessoas se imaginam como sujeitos políticos activos e nos significados subjectivos que atribuem ao político. Posicionei-me como parte de um grupo de intelectuais e académicos que emitiu um apelo para pensar o estado da nação através de um processo inclusivo e participativo, fundado

no diálogo e no respeito pela diferença. Reflecti criticamente sobre a onda de ataques a(os) intelectuais e académicos, sublinhando a necessidade de reflexividade, responsabilidade e liberdade intelectual e académica. Estou ciente dos desafios epistemológicos, morais e éticos associados à minha reflexão. Ao invés de esconder o meu envolvimento pessoal nos processos e dinâmicas sobre os quais escrevo, sob o disfarce de objectividade, reflecti sobre os meus próprios referenciais e imaginários.

Argumentei que a antropologia (a etnografia política em particular) pode ajudar a compreender a situação política que Moçambique, destacando o lugar da observação participante e da sensibilidade etnográfica. Mostrei ainda como a antropologia feminista, devido à sua atenção às relações de poder, subjectividade, posicionalidade e reflexividade – sobretudo na forma como representamos a nós próprio(as) e a(os) outro(as) – pode ajudar a criar pontes que permitem compreender melhor a crise pós-eleitoral no geral, e a contestação popular em particular.

É verdade que a intervenção de antropólogo(as) (particularmente antropólogas feministas) em debates sobre o político pode parecer incomum para alguns, especialmente porque a antropologia é frequentemente associada a estudos culturais e sociais que se distanciam das questões políticas directas. No entanto, a natureza intrinsecamente política das dinâmicas sociais e culturais torna imperativo que antropólogas(os), especialmente aquela(es) comprometida(os) com a justiça e transformação social participem activamente dessas discussões e se preparem para lidar com os dilemas e controvérsias associadas à sua participação.

Notas

1. Ominira é um pseudónimo para proteger a sua identidade. Quando enviei a vinheta à minha amiga para a ler, ela pediu que trocas-se o nome que eu tinha escolhido (Rute). Ela queria ser Ominira que, segundo ela, significa liberdade em Yoruba.
2. Fábria é um pseudónimo que utilizo para proteger a identidade desta mulher.
3. Yango é um aplicativo que oferece serviços de táxi em Moçambique.
4. <https://www.ids.ac.uk/projects/alternative-expressions-of-citizen-voice/>; <https://www.ids.ac.uk/publications/if-we-stayed-at-home-nothing-would-change-gendered-acts-of-citizenship-from-mozambique-and-pakistan/>; <https://www.ids.ac.uk/opinions/understanding-the-gendered-dimensions-of-post-election-protests-in-mozambique/>
5. Para uma discussão sobre sensibilidade etnográfica e etnografia política ver Chatz E. (2008) "Introduction: Ethnographic Immersion and the Study of Politics", *Edward Chatz (ed.) Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*, Chicago: University of Chicago Press, 2009, pp. 1-22. <https://doi.org/10.7208/9780226736785-003>.
6. web.facebook.com/manifestocidadadamoza
7. Isin, Engin F. 2008. "Theorizing Acts of Citizenship." In *Acts of Citizenship*, edited by Greg M. Nielsen and Engin F. Isin, 15-43. London: Palgrave Macmillan. <https://oro.open.ac.uk/15378/>
8. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2020/07/entre-o-mar-e-a-terra-novo-livro-do-professor-rafael-da-conceicao2006.html
9. Para uma análise deste assunto ver Gonçalves, Euclides (2019) "African Anthropological Practice in the "Era of Aid": Towards a Critique of Disciplinary Canons", in R. Grinder, S. Lubkemann, C. Steiner, and E. Gonçalves (eds.) *A Companion of Anthropology of Africa*. Oxford: Wiley Blackwell, pp.415-437. <https://doi.org/10.1002/9781119251521.ch19>
10. Para uma discussão sobre antropologia feminista ativista a ver: Lamphere, Louise (2016) "Feminist Anthropology Engages Social Movements: Theory, Ethnography, and Activism". Ellen Lewin and Leni Silverstein (eds) *Mapping Feminist Anthropology in the Twenty-First Century* New York: Rutgers University Press, pp. 41-64. <https://doi.org/10.36019/9780813574318-004>
11. Tais como, o Programa Cidadania e Participação <https://responsabilizacaosocialemmocambique.wordpress.com/about/> , Programa Diálogo Local para a Boa Governação <https://www.dai.com/our-work/projects/mozambique-democratic-governance-support-programme-dgsp> e, mais recentemente, POTENCIAR: Construindo Parcerias para a Inclusão, Participação, e Ação <https://programapotenciar.com/pt/> .
12. Organizado pelo Firoz Lalji Institute for Africa, na London School of Economics. <https://www.lse.ac.uk/africa>
13. <https://entrespas.co.mz/intelectuais.html>
14. Jordan, B. (1997) 'Authoritative Knowledge and Its Construction' in Robbie E. Davis-Floyd and Carolyn F. Sargent (eds.) *Childbirth and Authoritative Knowledge: Cross-Cultural Perspectives*, Berkeley, CA: University of California Press, pp.55-79. <https://doi.org/10.1525/9780520918733-003>
15. Nieuwsma, D. (2007) 'Challenging Knowledge Hierarchies: Working Toward Sustainable Development in Sri Lanka's Energy Sector', *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, 3(1):32-44. <https://doi.org/10.1080/15487733.2007.11907990>
16. Para um debate sobre estas questões no campo dos direitos humanos das mulheres e igualdade de género em Moçambique ver Trindade, Catarina (2022), *Tem vida esta coisa! O Campo em Torno dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género em Moçambique (Volume 3)*, Campinas: Mercado de Letras.
17. (Idem)

Em meio à crise e incertezas em Moçambique: o que vem a seguir?

Sem ilusões: a crise continua em Moçambique, mesmo depois da tomada de posse de Daniel Chapo como Presidente da República, a 15 de Janeiro, e da constituição de um novo Parlamento, dois dias antes. Entre as causas imediatas da crise estão questões eleitorais, nomeadamente a fraude massiva nas eleições de 9 de Outubro de 2024. No entanto, o movimento de contestação que se seguiu, sobretudo a partir de 21 de Outubro de 2024, revelou questões mais profundas, associadas a um sentimento de exclusão sócioeconómica e política de muitos moçambicanos.

Há, pois, muita frustração diante do agravamento das condições de vida, do aumento das desigualdades e do desemprego persistentes, factores que se intensificaram na última década e alimentam o descontentamento de amplos sectores da sociedade, especialmente entre os jovens e outros grupos vulneráveis.

Nas ruas, cartazes e relatos dos protestantes são claros: muitos rejeitam os resultados eleitorais e se distanciam dos governantes da Frelimo, no poder há 49 anos.

Entretanto, os protestos já duram há mais de quatro meses, deixando um rastro de violência: mais de 300 mortos e um número ainda incerto de feridos e desaparecidos, além da destruição de inúmeras

Egídio Chaimite

Pesquisador, docente e consultor
Instituto de Estudos Sociais e
Económicos – IESE
Maputo, Moçambique

infra-estruturas públicas e privadas. Apesar disso, o impasse continua. As tentativas de diálogo fracassaram e o país permanece mergulhado em incertezas. Que cenários se desenham?

“Olho por olho, dente por dente”: a escalada

No dia 9 de Janeiro, quando Venâncio Mondlane, o segundo candidato presidencial mais votado, pelo menos de acordo com os dados oficiais, aterrou no aeroporto internacional de Maputo, foi recebido por uma enorme multidão e proferiu um discurso simbólico de tomada de posse, com uma bíblia na mão.

Venâncio retornava de parte incerta, onde permaneceu por cerca de dois meses, alegadamente por perseguição política em Moçambique, e é de lá que organizava as *lives* a partir das quais dava orientações aos protestantes. Ele, que era aguardado com enorme expectativa pelos seus seguidores, fez depois uma passeata até ao mercado Estrela, na cidade de

Maputo, onde repetiu o discurso de tomada de posse. Dois dos seus seguidores foram baleados pela polícia, um dos quais mortalmente.

Uma semana depois, Daniel Chapo, o candidato da Frelimo proclamado vencedor das eleições, também tomou posse na Praça da Independência, em Maputo. O evento decorreu sob enorme tensão, uma vez que Venâncio Mondlane havia convocado protestos de três dias, entre 13 de Janeiro, a data da tomada de posse dos deputados, e 15 de Janeiro, data da tomada de posse do Presidente da República. Contrastando com as anteriores cerimónias de investidura dos presidentes, abertas, com enorme participação popular, a de Chapo foi restrita, circunscrita a convidados, muitos dos quais transportados por meios do Estado. Destacava-se um enorme aparato policial no local, bloqueando as ruas que dão acesso à praça. Imagens ilustravam também *snippers* nos prédios. Mesmo assim, irromperam alguns protestos, a cerca de 1km, e estes foram respondidos com muita violência por parte das forças policiais, culminando com a morte de pelo menos um dos protestantes, mas, no mesmo dia, contaram-se 10 mortes no contexto dos protestos em todo o país.

É neste contexto de violência que ocorrem as tomadas de posse dos “dois presidentes”, Daniel

Chapo, proclamado oficialmente, e Venâncio Mondlane, que se diz eleito pelo povo. No entanto, esses episódios de violência não são isolados. A polícia moçambicana sempre respondeu aos protestos de forma violenta, com força desproporcional, mobilizando cães, balas de gás lacrimogénico e balas reais contra os protestantes. Algumas destas balas são lançadas para residências, ferindo e matando até pessoas que não estão envolvidas nos protestos. O silêncio dos governantes perante estas graves violações de direitos humanos, incluindo o actual e anterior presidente da República, Chapo e Nyusi respectivamente, e das lideranças das forças policiais, são interpretados como sinais de cumplicidade e até do seu envolvimento directo no comando das acções das forças policiais.

Mas a violência não é apenas da polícia. Durante os protestos, protagonizam-se actos de sabotagem e vandalização, incluindo de esquadras. Há polícias mortos e, mais recentemente, Venâncio Mondlane anunciou que se aplicaria a lei de Talião, de 'olho por olho e dente por dente,' significando que, por cada cidadão morto pela polícia seria morto também um polícia. Paralelamente, Venâncio multiplica os seus apelos à desobediência civil, agora em forma do que ele mesmo designa por decretos presidenciais, em analogia aos instrumentos normativos do presidente oficial, Daniel Chapo. Venâncio protagoniza uma governação sombria, como ele mesmo alega. Entre as medidas mais recentes de Venâncio, destaque para a do não pagamento das taxas nas portagens, redução dos preços de energia, água e cimento de construção, bastante aplaudidas pelos seus

apoiantes. O não acatamento dessas medidas, ameaça Venâncio, implica uma resposta popular, que ele não especifica, mas geralmente é em forma de protestos, alguns podendo culminar com violência e vandalização das infra-estruturas visadas. Enquanto isso, Chapo desdobra-se na constituição do seu elenco, ainda sem qualquer medida de impacto sobre a situação de crise que se vive.

Que cenários?

Desenham-se dois cenários principais: um pessimista, marcado pela ausência de diálogo e compromissos, com a continuidade da instabilidade ou mesmo seu agravamento; e outro optimista, com diálogo, abrindo caminho para a reconciliação e o retorno à estabilidade. A viabilidade do diálogo é, portanto, central para definir qual desses caminhos prevalecerá. No entanto, até agora, os avanços nesse sentido têm sido limitados.

Cenário 1: mais violência e crescente autoritarismo

O primeiro cenário prevê o agravamento da instabilidade à medida que as partes em contenda permanecem relutantes em dialogar. Nesse contexto, Venâncio Mondlane segue incitando à desobediência civil, aos protestos e à mobilização geral, limitando as possibilidades de Daniel Chapo governar.

Sob pressão, Chapo pode seguir o caminho repressivo de seu antecessor, Filipe Nyusi, recorrendo à polícia para afirmar a sua autoridade e controlo, arriscando-se a intensificar ainda mais as tensões. Quanto maior for a repressão, maior pode ser a resistência por parte dos

protestantes, gerando um ciclo de violência e agitação crescente.

A perseguição política pode-se intensificar, visando figuras proeminentes da oposição, jornalistas e activistas. Em um cenário extremo, isso pode até levar a assassinatos ou à prisão de parte dessas figuras, incluindo o próprio Venâncio Mondlane, gerando maior indignação entre seus seguidores e aumentando ainda mais as tensões sociais.

Há países que seguiram esta trajetória de repressão e autoritarismo, quando também enfrentaram crises pós-eleitorais. Alguns exemplos incluem o Zimbabwe após as eleições de 2008, a Etiópia em 2005, a Venezuela em 2018 e a Rússia em 2011. Embora a repressão permita um controle a curto prazo, revela-se depois insustentável, uma vez que se a instabilidade se instala e o regime fica cada vez mais autoritário. É um risco que Moçambique enfrenta actualmente, se tivermos em conta a brutalidade policial contra os protestantes, que atingiu níveis bastante preocupantes e inaceitáveis. É urgente que se adopte uma abordagem diferente, de maior diálogo e inclusão.

Cenário 2: estabilidade, com diálogo aberto e inclusivo

Um segundo cenário, mais optimista, depende do diálogo, envolvendo não somente Daniel Chapo e Venâncio Mondlane, mas também outros actores-chave da sociedade, entre os quais líderes religiosos, académicos e figuras da sociedade civil. Este diálogo, sendo aberto, franco e abrangente, pode reduzir as tensões, abrindo espaço para a restauração da confiança nas instituições.

Apesar das tentativas iniciais, os avanços no estabelecimento de um diálogo efectivo têm sido limitados. O ex-presidente Filipe Nyusi deu o primeiro passo ao convidar Venâncio Mondlane. Contudo, as exigências deste, sobretudo no que diz respeito à sua segurança, não foram atendidas, resultando na sua ausência das conversações. Posteriormente, Nyusi reuniu-se com os demais candidatos presidenciais, incluindo Daniel Chapo (Frelimo), Ossufo Momade (Renamo), Lutero Simango (MDM), Albino Forquilha (Podemos) e Salomão Muchanga (Nova Democracia). Após a tomada de posse, Daniel Chapo manteve a iniciativa desses encontros, mas sem a participação de Venâncio Mondlane.

Quando Mondlane retornou a Moçambique, surgiram especulações sobre a possibilidade de encontros com outros líderes da oposição, mas esses encontros nunca se materializaram. Em seu discurso de investidura, Daniel Chapo enfatizou a importância de um diálogo “franco, honesto e sincero”, considerando-o uma prioridade para a estabilidade política e social. No entanto, pouco mais de um mês após

assumir o cargo, não houve relatos de acções concretas nesse sentido, e o próprio Chapo negou publicamente que estivessem ocorrendo contactos para viabilizar esse diálogo mais inclusivo. No entanto, mais recentemente, Ana Rita Sithole, quadro sénior da Frelimo, descartou a possibilidade de um acordo político com Mondlane, enviando um sinal claro de que parte dos membros deste partido é relutante em engajar-se em diálogo, prolongando o impasse e enfraquecendo qualquer perspectiva de restaurar a paz.

É fundamental que Daniel Chapo, enquanto Presidente da República e com responsabilidades acrescidas sobre a estabilidade do país, tome a iniciativa de promover um diálogo efectivo e construtivo. Da mesma forma, Venâncio Mondlane deve manter sua disposição para o diálogo, mas também reavaliar suas reivindicações, dado que a busca pela verdade eleitoral, que esteve no centro de sua luta, tornou-se cada vez mais difícil de concretizar. Esse cenário não se deve apenas à proclamação oficial dos resultados pelo Conselho Constitucional, mas também à destruição dos materiais eleitorais, tornando inviável uma revisão do processo.

Em conclusão, é fundamental recordar que, apesar das especificidades do contexto actual, os bloqueios no diálogo apresentam semelhanças com a crise pós-eleitoral de 2009. Naquela ocasião, a ausência de consenso resultou em confrontos armados entre a Renamo, então principal partido da oposição, e o governo da Frelimo. Para evitar a repetição desse cenário, ou um cenário próximo desse, com mais violência e reforço do autoritarismo no país, é importante que os líderes adotem uma abordagem que vá além de gestos simbólicos, implementando medidas concretas e urgentes para viabilizar um diálogo genuíno e inclusivo. Somente por meio desse compromisso será possível romper o ciclo de violência e promover um futuro politicamente estável e mais democrático para o país.

CODESRIA

Bulletin

Publications Team

Godwin R. Murunga
Chifaou Amzat
Yves Eric Elouga
Diana Bèye
Radwa Hesham Saad

With the assistance of
Patrícia Godinho Gomes

For contributions and enquiries, please write to:

Council for the Development of Social Science
Research in Africa
Avenue Cheikh Anta Diop X Canal IV
P.O. Box 3304, Dakar
CP 18524, Senegal
Tel: +221 33 825 98 23

Email: publications@codesria.org
Web Site: www.codesria.org

The Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA) is an independent organisation whose principal objectives are to facilitate research, promote research-based publishing and create multiple forums for critical thinking and exchange of views among African researchers. All these are aimed at reducing the fragmentation of research in the continent through the creation of thematic research networks that cut across linguistic and regional boundaries.

CODESRIA publishes Africa Development, the longest standing Africa based social science journal; Afrika Zamani, a journal of history; the African Sociological Review; Africa Review of Books and the Journal of Higher Education in Africa. The Council also co-publishes Identity, Culture and Politics: An Afro-Asian Dialogue; and the Afro-Arab Selections for Social Sciences. The results of its research and other activities are also disseminated through its Working Paper Series, Book Series, Policy Briefs and the CODESRIA Bulletin. All CODESRIA publications are accessible online at www.codesria.org.

CODESRIA would like to express its gratitude to the Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA), the Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD), the Carnegie Corporation of New York (CCNY), the Open Society Foundations (OSFs), Oumou Dilly Foundation, Ford Foundation and the Government of Senegal for supporting its research, training and publication programmes.

© Council for the Development of Social Science
Research in Africa 2025



Ce Bulletin est distribué gratuitement à tous les instituts et facultés de recherche en sciences sociales en Afrique et au-delà afin d'encourager la coopération en matière de recherche entre les chercheurs africains. Les personnes et institutions intéressées peuvent également s'inscrire sur la liste de diffusion du CODESRIA pour recevoir le Bulletin dès sa parution. Les contributions sur des questions théoriques et les rapports sur les conférences et séminaires sont également les bienvenus.